



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JONAS CAMISA NOVA

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 10/11/2016

OBSERVAÇÕES:

- Grafia(s) não confirmada(s)
- Orador não identificado
- Qualidade de som incompatível com a transcrição
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Intervenção simultânea ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Exposição com audiovisual, podendo causar a indeterminação do texto
- Tumulto
- Suspensão

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) - Declaro aberta a 22ª audiência pública da Comissão de Finanças e Orçamento, primeira audiência do orçamento de 2017, sobre o PL 509/2016, de autoria do Executivo, que estima a receita e fixa as despesas do Município de São Paulo para o exercício de 2017.

Informo que esta reunião estará disponível no portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.camara.sp.gov.br, multimídia galeria de vídeos.

Convidados os Srs. Rogério Ceron de Oliveira, Secretário Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico, presença confirmada; Luís Felipe Vidal Arellano, Subsecretário do Tesouro e do Orçamento; Fabiano Martins de Oliveira, Subsecretário de Planejamento e Orçamento; Marcos Shuts, neste ato representando o Sr. Roberto Braguim, Presidente do Tribunal de Contas do Município de São Paulo; Rodrigo Pupim Anthero de Oliveira, Secretário Geral do Tribunal de Contas do Município de São Paulo; Gláucio Teixeira Tavares, Coordenador Chefe de Contabilidade e Finanças do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.

À nossa esquerda, aqui, estou abrindo agora as inscrições para podemos passar a palavra também para o auditório.

Passo a palavra agora ao nobre Secretário Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico, ilustríssimo Sr. Rogério Ceron de Oliveira.

O SR. ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA – Obrigado, Presidente.

Boa tarde a todos. É sempre um prazer estar presente na Casa. Vou procurar fazer uma apresentação sucinta, porque sei que a maior parte dos presentes querem espaço para ter seu tempo para seus pleitos, seus comentários. Então serei breve em passar os grandes números do Orçamento, e aí abrimos para as questões, para as ponderações e para os pleitos.

Gostaria de fazer um esclarecimento prévio...

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Silêncio!

O SR. ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA - Gostaria de fazer um esclarecimento prévio: a Peça Orçamentária para o exercício de 2017 foi montada num período em que se estava iniciando o processo eleitoral. Então ela não é uma peça que tem grandes alterações em relação ao exercício anterior, o exercício vigente de 2016. E agora, com o pleito encerrado e com o processo de transição em curso, estamos tentando fazer uma transição da forma mais republicana possível. Esta é a orientação do Prefeito Fernando Haddad e, dentro dessa diretriz, na Secretaria de Finanças, estamos fazendo de tudo para que seja o exemplo do exemplo da conduta republicana. Então vamos fazer de tudo para que a Peça reflita a política, o programa de governo e as intenções do novo governo que logo toma posse.

Então vamos colher hoje todos os subsídios que os senhores apresentarem, vamos passar esses subsídios para a equipe de transição para que elas possam orientar. Claro que vamos poder dar nossas ponderações, nossas opiniões, mas vamos deixar que a equipe de transição indique quais os caminhos, quais pleitos atender, em qual proporção, e qual o remanejamento necessário para que seja feito o diálogo com a Comissão de Orçamento e Finanças.

Então é importante deixar claro esse processo de transição que está em curso e o papel fundamental que vai ter a equipe de transição para definir os movimentos em relação à Proposta Orçamentária.

Dito isso, vamos aos números.

Por favor, o primeiro *slide*.

- O orador passa a se referir a imagens projetadas no telão.

O SR. ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA - Bem, rapidamente, só para tornar público qual foi o critério de...

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Pela ordem, Sr. Secretário.

Pessoal, acabo de ser informado pela Segurança da Casa que, enquanto houver pessoas em pé aqui atrás, nas laterais, somente as pessoas que estão inscritas e, depois, procurarem um lugar para sentar, daremos início à audiência pública.

Nós temos dois auditórios externos. Por favor, colaborem.

Anuncio a presença também do nobre Vereador Aurélio Nomura.

Desculpe, Secretário.

Está suspensa a audiência.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Jonas Camisa Nova.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) - Pessoal, vamos abrir de novo a audiência. Por favor, peço silêncio. (Falha na gravação)

O SR. ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA - Retomando, vou passar bem rápido, porque sei que da ansiedade para que vocês possam ter a palavra.

Projeção de receitas. A gente trabalhou com a projeção do Banco Central para o PIB e inflação do ano que vem. Então, há projeção de um crescimento bem modesto, de 1,3%. Embora bem modesto, já é algo melhor do que este ano, que provavelmente vai ter uma retração de quase 4% e uma inflação, um pouco mais estável, na casa de 7%.

- Orador passa a se referir a imagens em tela de projeção.

O SR. ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA – Com base nisso, temos uma projeção de receita para o exercício de 2017 da ordem 54 bilhões. Ela é parecida com o que foi aprovado para o exercício de 2016, mas o que foi previsto para 2016 não vai se realizar na íntegra. Por conta da retração econômica, vamos ter uma receita menor, da ordem de 49 bilhões. Então, em relação ao que foi executado neste ano há um crescimento, mas quando comparamos só com o planejamento que foi feito no ano anterior, ele tem números um pouco semelhantes.

Vamos para a parte de despesas.

O Orçamento foi elaborado com base em três grandes premissas. Como eu disse anteriormente, como ele é uma peça orçamentária que foi feita no último ano de um mandato, e ele é feito antes do período eleitoral, então nós procuramos fazer com um mínimo de alterações substanciais. Por um lado, na parte de investimentos prioritários, tentamos respeitar ao máximo o que estava previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias, porque essa, sim, foi debatida na Casa com tempo; e levamos em consideração a efetiva execução orçamentária das unidades no exercício e comparamos com o que cada órgão ou Pasta tinha para este exercício para executar como recurso disponível. Então, em termos de custeio, para tentar o custeio que foi disponibilizado neste exercício e, em termos de investimentos, para atender os investimentos de acordo com a linha de prioridades da LDO. Encaminhar a proposta dessa forma e, aí sim, quando chegasse o momento das audiências públicas e do debate na Casa – e, agora sim, da participação popular -, tivesse os subsídios; e, com o período eleitoral definido, junto com a equipe de transição fazer os ajustes necessários para que a peça, aí sim, reflita o que o novo governo, que toma posse em 2017, deseja. Foi feito dessa forma.

Como eu disse, para comparar, a primeira coluna é o que está nesta proposta orçamentária, em grandes números, e a segunda coluna, o que está disponível nas unidades orçamentárias para executarem neste exercício. Essas duas colunas é só para os senhores terem uma noção do que eu acabei de dizer, como ela foi montada. Então, em todas – tanto em atividade quanto em pessoal – buscou-se um respeito básico ao que aconteceu neste exercício. Assim, não há grandes alterações por enquanto.

Em termos de atividade, há cerca de 22 bilhões previstos para o exercício de 2017 contra 21 bilhões disponíveis para execução no exercício de 2016. Uma pequena variação, mas sem grandes alterações. Idem em relação às demais rubricas, totalizando um total de despesas da ordem de 54,5 bilhões, contra um orçamento – disponível quando elaboramos a peça – de 48,8 bilhões; hoje está em 49,5 bilhões, aproximadamente. Para vocês terem uma noção do que efetivamente está acontecendo em 2016 e contrapor ao que estamos

planejando, em linhas gerais, para o exercício de 2017. Aí, sim, é sobre esse bolo de 54 bilhões que tem de ser feita a discussão sobre quais atividades priorizar, quais projetos priorizar e quais atividades e projetos têm que ser, de alguma forma, sacrificados para o atendimento das prioridades.

Só para divulgar: é a primeira audiência pública, vamos ter uma segunda ainda. Como primeira audiência pública, eu gostaria de aproveitar a oportunidade para frisar que os dados do Orçamento, com todos os detalhamentos, com diferentes recortes, a base completa da proposta orçamentária está disponível neste *link* que está na tela. É impossível passar todos os detalhes, ficaríamos horas aqui porque são inúmeras as rubricas e os anexos, mas no portal há todas as informações com diferentes níveis de recorte. Então para quem puder é importante acessar, olhar, porque tem todos os números por área, por ação programática, então dá para fazer qualquer tipo de análise. Isso ajuda muito como subsídio para as discussões que serão feitas na segunda audiência.

Então vou encerrar por aqui e deixo a palavra com os senhores e, depois, retorno no final para comentários, respostas e tentar sanar as dúvidas que forem possíveis. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova – DEM) - A palavra está aberta aos Srs. Vereadores, enquanto se fazem as inscrições.

O SR. JAIR TATTO (PT) - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova - DEM) – Pela ordem, nobre Vereador.

O SR. JAIR TATTO (PT) – Eu quero já, de imediato, me inscrever e dizer que no Regimento consta que temos, cada Vereador, três minutos, podendo, depois, retomar o tempo numa outra oportunidade. É isso, então?

A proposta é que, nessa primeira rodada, assim como as outras, em que é possível se inscrever novamente, nobre Relator Vereador Bispo Atilio, Presidente Jonas Camisa Nova, então se cumpra rigorosamente os três minutos oferecidos pelo nosso Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova – DEM) – Ok. Com a palavra o nobre Vereador Aurélio Nomura.

O SR. AURÉLIO NOMURA (PSDB) – Obrigado, Sr. Presidente. Quero saudar a todos os Srs. Secretários presentes, bem como os Srs. Vereadores, toda a população que aqui comparece nesse mais um exercício da cidadania.

Sr. Secretário, tenho uma pergunta para fazer. Estava analisando essa questão do subsídio e me parece que faltarão 800 milhões para cumprir o rombo de 2016. No entanto, a proposta orçamentária de 2017 é a mesma do Orçamento de 2016, ou seja, 1,79 bilhões. Nós estamos estranhando, porque está faltando para fechar o ano 700 milhões. E coloca-se no Orçamento do ano que vem em subsídio o mesmo valor sem esses 700 milhões. Essa é a primeira questão.

A segunda questão que eu estava vendo é que no dia 14 de outubro, a Petrobras anunciou uma redução de 3,2% no preço do óleo diesel na refinaria. Na noite de terça-feira, tivemos nova redução de 10,4. Queria saber qual o efeito dessas duas reduções na questão do subsídio para a tarifa de ônibus.

Temos também aquela questão de que a Prefeitura está inibindo até pequenas despesas, mas, obviamente, serão necessárias para a nossa cidade – como estão fazendo falta, como o leite, a questão do tapa buraco, o recapeamento, poda de árvores – e a dúvida

que tenho é a seguinte: não é contrassenso a Prefeitura ter arrecadado nas aplicações financeiras - volto a falar nas aplicações financeiras - nada mais, nada menos, que 908 milhões até setembro, e cortou o leite das crianças, deixou os postos de saúde sem remédios, praticamente as Subprefeituras não têm recursos.

Outra pergunta que gostaria de formular é com relação aos investimentos na proposta de 2017 na Fonte 00 que é de 2,25 bilhões. Gostaria de entender e compreender se V.Exa. poderia nos explicar como chegou a esse montante, se até setembro passado foram liquidados apenas 586 milhões de Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova – DEM) – Conclua, nobre Vereador.

O SR. AURÉLIO NOMURA (PSDB) – Acho que vou fazer essas perguntas e tenho o retorno, depois, nas outras discussões. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova – DEM) – O pessoal das inscrições, por favor. (Pausa)

O SR. TONINHO VESPOLI (PSOL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova – DEM) – É o Souza? Jair? Jair já falou. Tudo bem. V.Exa. vai falar agora? Dá.

Registro também a presença do nobre Vereador Toninho Paiva.

Passo a palavra, agora, ao nobre Vereador Jair Tatto.

O SR. JAIR TATTO (PT) – Boa tarde a todos. Sinto que desde a primeira audiência estamos com o auditório lotado. Até por conta de que, de uma maneira equivocada, nós

aprovamos na Comissão apenas duas audiências públicas para um orçamento dessa magnitude da cidade de São Paulo. Quero registrar que acho extremamente prejudicial ao debate (Palmas).

Tive a oportunidade de ser o Sub-relator das Subprefeituras e, no último, orçamento, chamamos, inclusive, todos os Subprefeitos.

Entendo que é um processo de transição de um governo para outro, mas vocês não têm culpa de o governo ser transitório ou não.

Então, nós vamos ter que ter toda a paciência do mundo, nobre Relator e nobre Presidente, para que possamos ouvir todos, são várias entidades aqui representadas. (Palmas)

Chamou-me a atenção, nobre Secretário, a quem quero parabenizar, porque o Secretário Rogério Ceron esteve nesta Casa, talvez, mais do que alguns Vereadores. Em todos os momentos em que foi chamado esteve aqui, seja em comissão, seja em audiência pública, e mais do que o Prefeito também.

Por que houve o aumento de quase 1 bilhão em encargos gerais do Município? Eu queria uma explicação, uma explanação sobre esse fato e sobre a decisão da Secretaria de Finanças em relação à compensação tarifária, colocada pelo Vereador Aurélio Nomura.

Nós temos outra questão: a estimativa da receita do IPTU considera eventual reajuste da planta genérica de valores e alguma obrigatoriedade na legislação de reajuste do IPTU?

Outra questão: no orçamento de 2016, estavam previstos 20,4 bilhões para pessoal em encargos sociais. A proposta para 2017 terá um aumento de 21,9 bilhões, com um crescimento de 7,4%. Eu queria entender o que está previsto nesse aumento das despesas de pessoal – o velho debate do reajuste do funcionalismo, que me parece que o novo Prefeito vai fazer milagre no orçamento.

Em 2016, foram orçados 164 milhões para a conservação de parques – quase 60% da receita era do Fundo Especial do Meio Ambiente, o FEMA, de multas e compensação

ambiental, e os principais gastos são com contratos, terceirização de vigilância, limpeza e manejo.

A concessão de parques para a iniciativa privada geraria algum resultado positivo?

Outro item que me chamou a atenção: redução de 193 milhões destinados às Subprefeituras.

E o último questionamento: se não há previsão de recursos para a expansão das ciclovias.

Esses os meus questionamentos iniciais.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova - DEM) – Gostaria de chamar a Sra. Elisabeth Ferreira, da GCNI.

Gostaria de anunciar as presenças dos nobres Vereadores Ricardo Nunes e Toninho Vespoli.

Está ligado o som? (Pausa) Pode falar, Elisabeth.

A SRA. ELISABETH FERREIRA – Boa tarde a todos e a todas.

É com prazer que venho participar desta audiência com os idosos.

Eu sou Elisabeth Ferreira, Presidente do Grande Conselho do Idoso e uma das nossas reivindicações é junto à saúde. Temos outras, mas o que precisamos e estamos levando com urgência é a ampliação do programa PAI – Programa Acompanhante de Idosos.

Esse é um programa eficaz, que dá todo um suporte para a família e também para o idoso, justamente àquele que mora sozinho, porque muitas vezes o idoso necessita de um acompanhamento, passar por consulta, ir fazer especialidade. Hoje temos esse programa, só que é um programa engessado. Cada equipamento é para 120 idosos. Em cada bairro, em cada distrito, um número não é nada pela qualidade do serviço, pela necessidade e pela demanda. O número de idosos é muito grande.

Necessitamos também do transporte sanitário, aquele transporte onde se possa levar o idoso das UBSs para as Especialidades. Muitos idosos necessitam fazer quimioterapia, hemodiálise e outros procedimentos para as doenças crônicas. Dentro da nossa gestão, quando falamos que há um número de faltas ou um número de não acompanhamento do idoso é necessário transporte, desde que se dê qualidade, desde que se tenha a equidade para que ele possa chegar a esse equipamento de saúde. Para levar um idoso, que mora no extremo Sul e tem de fazer uma quimioterapia na zona Leste, é impossível que consiga, sem essa qualidade, passar por essa Especialidade. Sai sem nenhum acompanhamento de transporte e a reação ao tratamento faz com que a necessidade de ter um transporte seja primordial.

Desde 2012, junto com o Ministério Público, não conseguiu até a data de hoje a verba necessária para que possamos ter um transporte de qualidade. Então, não adianta criar o equipamento se não estiver compatível com a necessidade para oferecer a qualidade ao idoso.

Então, essa é uma das necessidades e peço a esta Mesa para que encaminhe dentro do Orçamento um valor compatível à necessidade do idoso.

A minha necessidade é essa: a ampliação do Programa Acompanhante de Idosos – PAI. Hoje temos somente 40 e existem 400 UBSs. Imaginem o número de necessidades que temos. E a colocação do transporte sanitário também.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova- DEM) – Obrigado, D. Elisabete.

Tem a palavra o nobre Vereador Toninho Vespoli.

O SR. TONINHO VESPOLI (PSOL) – Boa tarde a todas e a todos.

Cumprimento todos os Secretários presentes. Encontrei o Vereador Atílio Francisco no elevador e reforçamos o que o Vereador Jair Tatto disse: o Orçamento da Cidade é de alta complexidade.

O maior polo arrecadatório e de gasto de uma prefeitura é esse e da América Latina. Discutir em duas audiências públicas as várias questões da nossa sociedade, que terão inflexão e reflexão no Orçamento é muito difícil de fazer, inclusive fica parecendo que estamos simplesmente cumprindo algo burocrático, que está na lei, ou seja, fazer as duas audiências públicas. Fico em dúvida se isso realmente terá muito efeito. Teríamos de fazer algumas audiências públicas temáticas.

- Aplausos no recinto.

O SR. TONINHO VESPOLI (PSOL) – Não daremos vazão a todas as questões importantes a serem discutidas no Orçamento.

Tirando essa questão, gostaria de apresentar uma reflexão ao Secretário. Estou vendo as tabelas, por exemplo, da Secretaria de Assistência Social. O lançamento na tabela para 2017 em comparação com a atualizada até outubro de 2016, vai ter 27% a menos. A Secretaria de Cultura também, a menos; a Secretaria de Direitos Humanos, uma aberração, quer dizer, 45% a menos.

- Vaias na galeria.

O SR. TONINHO VESPOLI – A gente tinha uma expectativa que com a renegociação da dívida do Município, que foi bastante propagada pelo Governo, que a gente não só diminuísse, mas que haveria aumento em políticas sociais efetivas para população. Ou seja, se estamos renegociando dívida e conseguimos abaixar a dívida é porque esse dinheiro devia dar melhor qualidade de vida para as pessoas que vivem nesta cidade. Queria entender

por que se renegociou a dívida e isso não teve impacto na hora de formalizar nas questões sociais do Orçamento?

Outra coisa: queria entender o direcionamento do Orçamento porque muito mais do que ver a tabela, não dá para falar simplesmente assim: isso aqui sobe, aqui aumenta... Em que a Prefeitura direcionou? Se está tirando dinheiro de algumas áreas sociais, de área cultural e de outras coisas mais - na Secretaria de Esporte também tirou bastante - qual foi a linha geral que a Prefeitura pensou? Priorizou o quê? É disso que estamos falando: quando está tirando dinheiro de um lugar e *botando* em outro, nós estamos falando assim: da onde está tirando e no que está priorizando? Se não está priorizando as áreas sociais, queria entender a linha mestra desse Orçamento, e não só a tabela!

Muito obrigado!

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Peço ao nobre Vereador Souza Santos pra fazer parte da tribuna. (Pausa) São três minutos, Vereador.

O SR. SOUZA SANTOS – Sugiro um minuto, a nossa fala é bem rápida.

Boa tarde a todos. É um prazer tê-los aqui. Vocês estão sentados nas cadeiras aonde a vida de vocês é mudada, é transformada. Isso pode acontecer com esse Orçamento. Vocês vieram aqui, hoje, exatamente para fazer suas reivindicações, suas colocações. Vamos ouvir daqui a pouquinho todas as pessoas que estão se inscrevendo para fazerem as suas reivindicações, que são muito importantes para esta Câmara.

A nossa responsabilidade como Vereador, enquanto Vereador, é muito grande porque tendo em vista o que está acontecendo em nosso País, aqui há donas de casa, chefes de família, todo mundo quer minimamente manter aquilo que já está. Nada de cortar. Sugiro ao nosso relator, Vereador Atílio Francisco, que é um homem responsável, sério, correto, que mantém sempre a sua integridade moral, etc, não temos nada a falar da sua conduta, pelo

contrário, como relator, tenho certeza de que terá um olhar muito eficiente para as questões que serão aqui trazidas.

O Vereador Toninho Vespoli falou sobre os Direitos Humanos. Direito Humanos, por exemplo, que é onde está o Conselho Tutelar, o qual também faz as suas reivindicações.

- Manifestação na galeria.

O SR. SOUZA SANTOS – Aqui eu quero, Sr. Presidente, manter ou pelo menos me colocar claro dentro dessa questão para todos os demais que aqui estão, há várias pessoas de vários conselhos, da Cultura, por exemplo, que requer e merece um olhar muito bom.

Então quanto ao Orçamento, eu aprendi desde pequenininho, eu nasci na roça, que uma árvore fica bonita assim, quando está toda espalhafatosa, faz-se aquela tosada e fica boa. O Orçamento está exatamente nesse ponto, para que possamos fazer alterações, não colocar demais naquela área nem cortar muito noutra área. Mas vamos manter a coerência que é para isso que o Orçamento cabe.

O Governo, o Prefeito Kassab deixou para o Prefeito que hoje está saindo, nos cofres da Prefeitura, 7 bilhões de reais. Queria perguntar ao Secretário Ceron: há de ficar algum dinheiro no cofre para que o próximo Prefeito possa utilizar?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era isso.

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Obrigado.

Pessoas que precisam fazer inscrição, por favor, levantem a mão, por favor. Por favor, se aproximem mais da mesa os cinco, para que eu possa encerrar as inscrições.

Nós temos quase 40 inscrições, e isso é um problema, pois se formos dar tempo a todos vamos sair daqui amanhã.

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Calma! Vocês estão muito agressivos. Precisamos resolver para que todos possam falar. Vamos dar continuidade aos trabalhos. Só se inscrevam mais cinco e estão encerradas as inscrições.

A primeira pessoa a ser ouvida é a Sr. Fernando Prata, da Comissão Regional Sul, por até três minutos. Sejam objetivos na pergunta e na resposta também. A próxima será a Sra. Sueli Farah (Pausa); Sra. Maria do Socorro, Itaquera. A próxima, Sra. Fabi Oliveira.

A SRA. MARIA DO SOCORRO – Boa tarde a Mesa. Boa tarde a todos. Sou Maria do Socorro, da Região de Itaquera. Mais uma vez estou aqui participando, contribuindo e exigindo. Eu represento o Conselho. Eu sou de onde? Nosso sonho.

O que eu estranho é que ninguém enxerga os idosos, e todo mundo sabe que a população idosa está aumentando. Mas o que tem para o idoso? O Governo não tinha nada no Plano de Metas, então eu briguei em todas as audiências, foram 23, e até hoje em Itaquera não tem nada. Estou falando de Itaquera. Vocês não se esqueçam de que não sou besta, nem boba, nem babona. (Palmas)

Não quero ser tutelada, eu quero dignidade para mim e para todos os idosos. Esse é meu discurso, porque na nossa região é uma periferia, e idoso tomando conta de idoso. Nada temos. Por que isso? Somos transparentes, ou só quem fica enfermo é pessoa pobre? E rico? Conheço parlamentar representante que tem 70 ou mais anos, eles não ficam velhos, mas, na hora de ficar doente, têm toda a assistência. Cadê o esporte? Cadê a cultura? Cadê a formação? Nós queremos dignidade e respeito, Srs. Vereadores e representantes.

Essa é a minha fala. Muito obrigada. (Palmas)

O SR. JONAS CAMISA NOVA (DEM) – Tem a palavra o Sr. Fábio Siqueira.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Boa tarde a todos os conterrâneos da cidade de São Paulo, cidade que tanto amamos.

Pelo 16º ano o Conselho do Orçamento vem abrir a audiência da Lei Orçamentaria anual. A fala histórica da Conselheira Maria do Socorro Alves é muito lúcida e muito atual,

porque os idosos foram desrespeitados pela gestão Fernando Haddad, que nem mesmo compareceu à Conferência Municipal do Idoso.

- Áudio prejudicado.

P – Registro a presença da nobre Vereadora Sandra Tadeu e do nobre Vereador Otta.

O SR. ALESSANDRO DE AZEVEDO – Primeiramente, fora Temer.

Boa tarde, povo da cultura.

Quero dizer que o nosso movimento cultural está aqui presente nesta audiência. E gostaríamos de reivindicar que houvesse audiências temáticas para todas as áreas, para que pudéssemos discutir com profundidade o que é de interesse da sociedade.

E dizer que nós estamos alinhados à proposta de 3% para a cultura e 1,5% para as atividades da periferia. (Palmas)

Gostaria de saber se está presente os representantes da zona Norte, zona Sul, Centro, zona Oeste, Zona Leste.

- Manifestação na galeria.

O SR. ALESSANDRO DE AZEVEDO – Como vocês podem ver, boa parte da cidade está aqui representada, inclusive por outros movimentos, como o da saúde e o da educação.

Gostaria de sugerir que os Vereadores participassem, estivessem presentes nas sessões que dizem respeito aos projetos de interesse da sociedade, que não faltassem às sessões e às plenárias, porque isso está atrasando todo o processo dos PLs que são de interesse da cultura. Na CCJ também não têm aparecido para deliberar os projetos.

Faço essa reivindicação para que os vereadores não faltem, para que tenha quórum e aconteçam as sessões e as audiências que são de interesse do povo.

- Manifestação na plateia.

O SR. ALESSANDRO AZEVEDO - Só a título de comparação, gostaria de deixar claro aqui que o orçamento desta Casa é muito maior do que o orçamento de toda pasta da Cultura.

- Manifestação na plateia.

O SR. ALESSANDRO AZEVEDO - Como segmento do circo, nós temos um pleito junto a todos os outros segmentos para que o Orçamento indique em 2017 o valor de 17 milhões para o fomento ao circo. Solicitamos que os vereadores aprovem o PL 129, de fomento ao circo, que já passou pela primeira votação e depende da segunda.

Por isso, peço que os vereadores participem das plenárias e das sessões para deliberar os projetos de interesse do povo. Só na Cultura... (Gravação interrompida) Fomento ao circo já!

- Manifestação na plateia.

O SR. ALESSANDRO AZEVEDO - Só complementando, as entidades de circo que estão aqui: União Brasileira de Circos Itinerantes - UBCI, Cooperativa Brasileira de Circo, Aliança Pró-Circo, Movimento Circos Diversos, Coletiva Paulista dos Circos Pequenos - Copac.

Salve. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Pela ordem, Rosangela Rocha, Conselho Tutelar. Vai inverter? Marcos Alimari, Fórum dos Conselheiros Tutelares.

O SR. MARCOS ALIMARI – Cumprimento os nobres vereadores. Estou aqui, em nome da nossa classe de conselheiros tutelares, para solicitar a vocês... vou entregar uma base de estudos do que vamos falar aqui.

Nós precisamos caridosamente de vocês, que vocês olhem com mais carinho para o Conselho Tutelar.

- Manifestação na plateia.

O SR. MARCOS ALIMARI – No ano passado já foi feito, nós já lutamos aqui para um complemento orçamentário que o Conselho Tutelar necessita urgentemente, na questão da valorização e estruturação do Conselho.

Pedimos a vocês, que foi encaminhada aqui para este Conselho uma proposta orçamentária de 11,634 milhões para salário. Porém eu trago para vocês, e vou mostrar no final da minha fala, uma pesquisa que mostra que em 2005 o salário do conselheiro tutelar representava 4,67 vezes o valor do salário mínimo. Hoje, na cidade de São Paulo, ele representa 2,30 vezes o salário mínimo.

Colocando como base simples uma correção do IPCA de 2005 para cá, o salário mínimo hoje, do conselheiro tutelar, seria de R\$ 2.813,00, entretanto o conselheiro tutelar hoje recebe o salário de R\$ 2.020,00, líquido R\$ 1.780,00, porém ele retira do seu salário... (Gravação interrompida) ...11,6 para 18,5 milhões, para que... (Gravação interrompida)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Tem a palavra a Sra. Rosangela Rocha.

A SRA. ROSANGELA ROCHA – Boa tarde a todos. Estou como coordenadora da comissão permanente que representa os 52 conselhos tutelares da cidade de São Paulo. Temos 260 conselheiros que hoje estão trabalhando em condições precárias. Como o nosso colega falou, o Marcos, só vou complementar os dados que ele trouxe. O conselheiro tutelar, hoje, embora muita gente não saiba, não conheça a realidade do conselho tutelar, ache que é um bando de gente que não trabalha, o conselheiro tutelar hoje trabalha com esse salário, sustenta a família. Existem pais e mães de família que se sustentam dentro do conselho tutelar. Estamos nessa luta há quatro e, além de tudo, nós praticamente fornecemos o lanche, o almoço; quando se estende de quatro a cinco horas o tempo que ficamos com crianças dentro do Conselho, fornecemos café da manhã, almoço, tudo do bolso do conselheiro.

Deixar registrado que essa situação, como se trata do conselheiro, também está se tratando da criança e do adolescente na cidade de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Registro a presença do nobre Vereador Celso Jatene.

Tem a palavra a Sra. Neia Arantes, da Associação dos Conselheiros dos ex Conselheiros Tutelares.

A SRA. NEIA ARANTES – Boa tarde. Cumprimento a Mesa na pessoa do Presidente, demais vereadores, autoridades presentes e principalmente todo esse pessoal, pessoal de luta. É por isso que estamos aqui, para reivindicar nosso orçamento, orçamento digno, como disse a Dona Maria do Socorro. Em época de crise o que se corta... (Gravação prejudicada) ...um orçamento terrível. É vergonhoso, nobres Vereadores. É vergonhoso, sim! Quando não se dá, em uma cidade como São Paulo, com mais de 11 bilhões de habitantes... (gravação prejudicada) ...não tem uma assistência médica, não tem nada. Não consegue nem ter um vale transporte. Se todo comissionado dentro... (Gravação prejudicada) ...deveria ter um valor compatível com a função relevante. Quem traz isso não é a Neia, não são os conselheiros. Quem traz isso é a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e Adolescente. Prioridade absoluta, artigo...

- Gravação prejudicada.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Silêncio, pessoal. Pela ordem. Os próximos oradores serão Fernando Prata, Sueli Farah, Helena, Natália Silfi, Dorberto Carvalho e Sérgio Antigueira.

O SR. FERNANDO PRATA – Boa tarde a todos e a todas. Eu quero começar agradecendo a presença de todos os movimentos que aqui estão, da cultura, da educação, das questões que tratam do idoso, da questão que é o nosso foco e objetivo, que é do Conselho Tutelar da Cidade de São Paulo porque o Conselho Tutelar, nobres Vereadores, precisa de toda essa rede de serviços para poder garantir de fato aquilo que ele requisita e de fato aquilo que preconiza tanto na Constituição Federal, quanto o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Nós temos tido agora um retrocesso no sentido de ter um olhar para o Conselho Tutelar, como se ele estivesse incapacitado de desenvolver as suas funções e aquilo que é previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, mas é essa base que aqui está hoje lutando por um orçamento, lutando por garantir que esses projetos aconteçam na Cidade, que é o que dá a sustentação às ações do Conselho Tutelar.

Nesse sentido, como já foi dito anteriormente nesta mesma audiência de Orçamento, a última que garantiu o exercício do próximo ano, já tinha sido garantida essa suplementação de verba para que o Conselho Tutelar da Cidade tivesse no mínimo um valor que representasse a importância desse órgão nesta Cidade, pois é sabido que São Paulo é complexa e lidamos com todas as demandas que aqui estão, pelo Conselho Tutelar passa violência física, psicológica, negligência, abandono familiar, falta de estrutura educacional... (Gravação prejudicada) ... das cidades. É um sub-representado... Quero registrar que seja garantido esse orçamento, passem as questões salariais do Conselho Tutelar de São Paulo de no mínimo 18,5 milhões para que a gente possa ter condições de trabalhar com dignidade e atender a essa demanda que está aqui, tentando também garantir o seu orçamento. E isso já não é de agora, já foi conversado, já foi trazida essa demanda e nós estamos trabalhando aqui em conjunto, tentando fazer a base, caso contrário, São Paulo...

- Gravação prejudicada.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) - Gostaria de registrar a presença do Vereador Nabil Bonduki.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) - Pessoal, se for tratado com falta de educação, vou pedir que se retire. O Vereador Nabil Bonduki foi Secretário da Cultura, deixem S.Exa. falar.

O SR. NABIL BONDUKI – Quero cumprimentar todos os presentes e dizer que é extremamente importante a realização desta audiência pública. Eu quero aqui afirmar que seria importante, relator, Vereador Atílio, Presidente e toda a Comissão de Finanças, que pudéssemos ter uma audiência pública específica pelo menos para os temas que têm maior debate, e o tema da cultura é um dos temas que tem grande presença. Nos outros anos, isso não vem acontecendo. Portanto, seria importante que pudéssemos ter um dia específico para fazermos o debate sobre o orçamento da Cultura, que é um orçamento complexo, porque envolve muitos programas.

Também digo que estamos tramitando, aqui na Casa, vários projetos de lei de autoria de vários Srs. Vereadores e, também, de autoria do Executivo, que seria importante que fossem aprovados neste final de ano. Posso citar, por exemplo, os PLs que possam regulamentar programas que estão, hoje, em vigor, como o Vocacional e o PIÁ, que já têm mais de 12 anos. Portanto, é importante que esses programas possam estar regulamentados por lei, assim como o Fomento ao Circo, o Cultura Viva, e tantos outros programas.

Também é importante que a nossa Casa aprove o Conselho Municipal de Cultura, que já está há quase um ano em tramitação. Esse Conselho será importante para esse processo de discussão, porque não é só o Orçamento: depois temos a execução do Orçamento, e o Conselho vai poder acompanhar esse Orçamento.

Finalmente, quero dizer que de 2013 a 2016 o orçamento da Cultura, principalmente no que diz respeito à área de fomento e cidadania, teve um crescimento significativo. Apesar disso, ainda, nessas áreas, principalmente na área da cidadania, que está voltada para o fomento à periferia da Cidade, ainda o orçamento está aquém da relevância que a periferia tem, na cidade de São Paulo, hoje, na área da Cultura.

Então, é importante que esse processo de crescimento do orçamento da Cultura tenha continuidade.

Recebi a carta que os movimentos organizaram, e acho que, ali, é mais uma meta de médio prazo que uma meta de um ano. Acho difícil, de um ano para o outro, termos uma elevação tão grande. Mas uma elevação que permita que esses programas...

- Manifestações fora do microfone. (inaudíveis)

O SR. NABIL BONDUKI (PT) – Estou dizendo a minha opinião a respeito.

A minha opinião é que deve haver um crescimento do orçamento da Cultura, no que diz respeito à cidadania e à cultura periférica. É importante que tenha essa continuidade do crescimento, mas será difícil poder alcançar tudo o que se reivindica, frente às condições orçamentárias do Município. Mas é importante que esse crescimento possa continuar existindo, e vou batalhar, aqui, junto à Comissão de Orçamento e Finanças, para que possamos ampliar isso.

Considero que seja importante termos uma audiência pública específica para
podermos estudar caso por caso...

- Gravação interrompida.

A SRA. _____ – Estamos vendo, aqui, um momento de muita convulsão.

E estamos assistindo a uma simples transição de uma gestão para outra, coisa que acontece democraticamente a cada quatro anos.

Estou aqui para falar em nome de sete mil servidores municipais que estão com pendências que remetem a uma outra transição, muito mais difícil, muito mais longa, e incompleta até hoje. Estou falando de quando mudamos de país. Morávamos em um país e mudamos para outro. Isso aconteceu a partir de 1979, com a anistia, e se completou em 1989, com a primeira eleição direta para Presidente da República.

Estamos aqui, colegas, desde 1978. Passamos, portanto, por todas essas administrações até aqui. Participamos de todas essas políticas públicas às quais vocês estão reivindicando, com direito, uma atenção maior.

Trabalhamos para que este dia acontecesse, para que estivéssemos aqui, hoje, falando livremente sobre as necessidades de nossa Cidade. Entretanto, vou pedir um pouco de paciência a todos, porque o que vou falar agora diz respeito a esses sete mil servidores.

A transição não se completou por quê? Porque ainda estamos aguardando os concursos que nos foram prometidos pela própria Lei que nos admitiu oito anos antes da Constituição. Estamos aqui esperando para regulamentar a situação do Ato das Disposições Transitórias nº 19, da Constituição Federal.

Estamos aqui, ainda na gestão Haddad, acreditando que a negociação que fizemos por quatro anos ainda esteja de pé, apesar do veto que sofremos na LDO inexplicavelmente. Pedimos salários iguais para trabalhos iguais. É isso o que estamos pedindo aqui. Já temos estudo de impacto financeiro e pedimos uma rubrica no orçamento para 2017. É isso.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Tem a palavra a Sra. Poliana.

A SRA. POLIANA – Meu nome é cultura viva, latente, do hoje. O Programa Cultura Viva existe há 12 anos. É do Governo Federal, do Ministério do Gilberto Gil. Existe só há dois anos na cidade de São Paulo. É um programa transversal, abarca todas as linguagens. É das áreas da Saúde, Educação, dialoga com a infância, com os grãos, com as aldeias. O É de Lei é ponto de cultura, o Treme Terra e o Pombas Urbanas também são pontos de cultura. Há ponto de cultura no Fomento à Dança, no VAI. O Ritmos do Coração, que trabalha com música e pessoas com necessidades especiais - e não pessoas defeituosas - é ponto de cultura.

Então aqui é uma folha de defesa a esse programa que não foi na sua totalidade executado dentro da última gestão da Secretaria. Tem um aporte pequeno de recursos que

impulsiona a comercialização de produtos, a difusão de saberes, os processos formativos e o bem-estar.

Nossa reivindicação é de 20 milhões para o programa e que seja um aporte só desta Casa, que seja um aporte financeiro só da Prefeitura de São Paulo. Que não seja um convênio de recurso misto com Federal. Tivemos muitos problemas com esse tipo de repasse. Foi muito desgastante.

O Programa Cultura Viva tem uma característica de territorialidade, transversalidade, e também apoiamos a metade dos recursos para a periferia. Apoiamos os conselhos participativos e deliberativos da Cultura que até agora não saíram do papel, e os 3% do Orçamento para a Cultura.

Também reivindicamos a reestruturação da Secretaria Municipal de Cultura, que foi a primeira prioridade tirada na última Conferência Municipal. Até agora não aconteceu e é uma coisa muito importante, que impacta a nossa ação direta, a nossa participação dentro da Secretaria pela continuidade das ações da cidadania cultural. E a maioria desses editais reivindicados aqui estão dentro dessa instância que ainda é um puxadinho do gabinete. Então ainda estamos nessa iminência, se poderá continuar ou não, porque esse departamento ainda não é estruturado.

Assim, reivindicamos que os Vereadores estejam aqui para votar o PL 217, de Cultura Viva, da Vereadora Juliana Cardoso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Tem a palavra a Sra. Natália.

A SRA. NATÁLIA – O meu nome é cultura. Estamos aqui para garantir que o dinheiro dos nossos impostos, o nosso dinheiro tenha destino público: Saúde, Cultura, Educação, Transporte, Habitação. Dinheiro público para o público e gerido de forma pública, senhores.

A Cultura nos ajuda a entender quem somos e em que mundo vivemos. Não há uma única grande civilização sem arte e cultura desenvolvidas. Por isso é preciso garantir e aumentar os recursos da Cultura. Eles permitem ações para construir uma cidade saudável, criativa, crítica e justa.

Em São Paulo estamos presentes em todas as regiões, em todos os distritos, em cada bairro. Somos milhares. O meu nome é cultura. Mas é dança, teatro, cinema, *hip hop*, circo, aldeias. É *rap*, *rock* e *reggae*. É sarau periferia, é PIÁ, EMIA. É fomento, é Zé Renato, é Jovem Monitor, é Vocacional, é VAI. É lei, programa, edital, qual? É todo mundo... (ininteligível)

O que fazemos é importante para a Cidade respirar. O motivo é esse, é bem simples: a Cidade precisa respirar para a criança criar, para o adulto se divertir, para fazer rir, pensar, movimentar - nada de bundas paradas na frente da TV, ouvindo sempre o mesmo ABC. Somos milhares. Meu nome é cultura.

- Manifestações na galeria.

A SRA. NATÁLIA - Nós representamos o que é vivo. O movimento artístico da cidade de São Paulo é estudado aqui no Brasil e no mundo. Aqui há diversidade de linguagens, estéticas, ideias que, para além da música, dança, teatro, circo, grafite, agregam educação, saúde, segurança, direitos humanos, combate ao machismo, ao racismo. A cultura forma, melhora, nos faz virar gente. Somos milhares. Meu nome é cultura.

- Manifestações na galeria.

A SRA. NATÁLIA - Apesar de o brincar ser nosso ofício, não estamos de brincadeira. Lotamos hoje esta Casa, mas ocupamos a Cidade inteira. Com arte, alegria, debate, pensamento, poesia. Somos milhares. Não somos cereja do bolo, distração, passatempo. Nenhum real a menos. Arte e cultura são urgências, é uma exigência. Vamos lutar pelas nossas conquistas suadas - insuficientes, mas conquistas.

E sabemos que é preciso ir além: 3% para a cultura, metade para a periferia.

- Manifestações na galeria.

A SRA. NATÁLIA - Em Bogotá, já foi 5. Não podemos aceitar menos do que havia. Cultura não é mercadoria. Meu nome é cultura.

- Manifestações na galeria.

A SRA. NATÁLIA – “Mas, e a crise?” Crise para quem, cara pálida? Se houve aumento de 3,5 na verba da Câmara e corte de 2,8 na Cultura? Se a Câmara nunca consegue executar toda a verba e ela sobra, que seja do salário dos senhores, dos cafés, corredores. Tira da Câmara, tira do Theatro Municipal, tirem dos senhores. Nosso nome é cultura!

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Pela ordem. Silêncio.

- Manifestações na galeria.

- Palavras de ordem: “poder popular, lutar, criar!”.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Pela ordem.

Natalia... (ininteligível) Já foi, não é?

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Norberto Carvalho.

O SR. NORBERTO CARVALHO - Boa tarde a todos; boa tarde, Srs. Vereadores; boa tarde, pessoal que está aqui, lutando pela cultura.

- Manifestações na galeria.

O SR. NORBERTO CARVALHO - Boa tarde a todos os presentes que estão lutando pelas mais variadas formas de valorização do desenvolvimento humano, como o pessoal aqui que está lutando pelo Conselho Tutelar, pelo salário digno...

- Manifestações na galeria.

O SR. NORBERTO CARVALHO - Pelo salário digno para o Conselho Tutelar.

Vou fazer uma fala aqui, vou tentar fazer uma coisa menos fígado e mais racional. Vou tentar aqui, e chamar a responsabilidade da Casa para a questão da sensibilidade para

essas questões, não só da cultura, mas essas questões humanas que dizem a respeito à valorização do ser humano e ao desenvolvimento humano.

Esta Casa, já inúmeras vezes - daí eu digo que não vou falar com o fígado -, porque, inúmeras vezes, esta Casa atendeu a esses reclamos, atendeu às aspirações populares. Vamos lembrar aqui, só lembrar algumas vezes aqui: a lei do fomento ao teatro foi votada... (ininteligível) O Ricardo Antunes está por aí?

- Manifestações na galeria.

O SR. NORBERTO CARVALHO - E o próprio Vereador que foi Relator no Orçamento passado teve sensibilidade de retirar um montante do orçamento do Theatro Municipal para destinar para... (ininteligível)

O próprio... Que, em outras ocasiões, foi também Relator do Orçamento, também - diga-se a verdade - teve a sensibilidade... (ininteligível)

Então queria chamar a atenção de todos vocês aqui: esta não é uma fala ideológica, isso é uma fala meio do desespero frente ao que a gente está vendo aqui.

Só lembrar: toda vez... Não quero fazer... Não quero usar... Eu tentei, ou tentar não usar a palavra "neoliberalismo", mas vamos dizer assim: nos anos 90, quando o Estado se retirou da sua responsabilidade em relação aos movimentos sociais, às questões sociais... (ininteligível)

- Falha na gravação.

(NÃO IDENTIFICADO) – Excelentíssimos Vereadores, eu estou chamando a atenção e a sensibilidade desta Casa para o perigo e a responsabilidade que os senhores têm frente a essa situação. Se o Estado vai lavar as mãos, se o Estado vai (trecho inaudível, falha na gravação) Palmas.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova)- Sérgio Antiqueira.

O SR. SÉRGIO ANTIQUEIRA – Boa tarde a todos, boa tarde Srs. Vereadores.
(trecho inaudível, falha na gravação). (Palmas)

- Manifestações no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Os próximos oradores são Valnei Araújo, Laerte Brasil, Jesus dos Santos, Riper Kurata, Cassio Vieira, Rodrigo Scliaco. Agora é o Valnei Araújo.

O SR. VALNEI ARAÚJO – Muito boa tarde a todos os presentes. Me chamo Valnei Araújo, sou da Federação do Serviço Público Municipal do Estado de São Paulo, a Fetam, também sou dirigente do Sindicato dos Municipais de São Paulo, aqui representado pelo meu Presidente Sérgio Antiquera.

Primeiramente, quero dizer ‘Fora Governo Ilegítimo’; ‘Fora Golpista’ e fora...

- Qualidade do som incompatível. Transcrição prejudicada.

O SR. VALNEI ARAÚJO – Segunda coisa, quero lamentar que nosso sindicato Sindisep já encaminhou....

- Qualidade do som incompatível. Transcrição prejudicada.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Sr. Laerte Brasil.

O SR. LAERTE BRASIL – Sou Presidente da CGDT do Brasil, a Central Geral Democrática dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil.

A cidade de São Paulo contribui com 40% de seu orçamento para o Estado de São Paulo, mas, infelizmente, o Governador do Estado Geraldo Alckmin, ao longo desses anos, vem dando 'nó' a cem metros de profundidade sobre as águas turvas que ele vem navegando, junto com seus colegas de 'gatunagem'.

Há 6 meses eu denunciei o Governador a operação que ele tinha com a 'máfia' que ele montou para roubar as merendas escolar das crianças e dos adolescentes em cerca de 350 municípios do Estado de São Paulo, e a 'roubança' que ele vem desviando de 35% do orçamento do Estado, inclusive dinheiro do metrô, desviado do Rodoanel, e de outras ações, e que ele vem pactuando na cidade de São Paulo. E, assim, expulsando 37% das empresas aqui da cidade de São Paulo que, hoje, a metrópole de São Paulo tem cerca de 1,250 milhão de desempregados.

Mas, aqui, não tem nenhuma vírgula para geração de emprego na Cidade. Vou ver se os Vereadores conseguem, pelo menos, 500 milhões para investir em infraestrutura de geração de emprego em São Paulo.

Eu acho o Governador Geraldo Alckmin até engraçadinho. Vocês sabem por quê? Ele é o Governador mais religioso do planeta, ele só conversa com terço na mão e cada obra que ele inaugura ele leva dois terços. (Risos) (Palmas)

Mas quero dizer ao Governador o seguinte: a estratégia que ele montou aqui é para desviar cerca de 5 bilhões desse orçamento através dos colegas de 'gatunagem' que ele tem aqui na Casa quando o João Dória tomar posse. Quero dizer bem para o Governador: ele está tentando tapar o sol com dinheiro roubado, que ele vem roubando da sociedade paulista. Eu vou denunciar o Geraldo Alckmin, vou arrebentar com ele, e seus comparsas, pela sombra.

Era o que eu tinha a dizer. (Palmas)

Obrigado pela palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Tem a palavra o Sr. Jesus dos Santos.

O SR. JESUS DOS SANTOS – Nobre periferia... vocês já perceberam que...

- Áudio incompatível. Transcrição prejudicada.

O SR. JESUS DOS SANTOS – ... que existe um déficit na Cidade. Vocês querem um exemplo? O programa Vai, aproximadamente, por edital, se inscrevem mais de mil coletivos e se aprovam 200.

Vocês querem outro exemplo de como a Casa não está respeitando toda essa legitimidade aqui? Quando a gente vem aqui, briga no orçamento, falando de 20 milhões, a Câmara dá 14; e o Prefeito executa 9.

De qual governo...

- Áudio incompatível. Transcrição prejudicada.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Tem a palavra o representante do Rapper Pirata.

O SR. RAPPER PIRATA – As propostas são do Rapper Pirata.

Damos ênfase porque é necessário acabar com a ideia de congelamento. Esse congelamento é precário para qualquer investimento. Nós reivindicamos as emendas etc. Vocês fazem as emendas; a gente vai para as ruas; a coisa vai avançar e “congelamos”. E o pior: a técnica do congelamento, que vem do pessoal da Economia, é 20% do orçamento. As nossas emendas são de 100%. Como vocês são gelados na alma!

E também já sei qual é a do Legislativo. Nós estamos falando para eles que vai sair, que têm que aprovar o orçamento, só que, depois, a gente tem que falar com o Doriania (risos), a Cidade margarina Doriania. Zuaram tanto: pão com manteiga e mortadela, e, agora, é pão com Doriania, mas vamos embora.

Daí, reforçamos o investimento no hip-hop. Só o mês do hip-hop - para que tenham uma ideia de como a política pública chega na ponta – envolve, diretamente, mais de 3 mil pessoas, que são cidadãos trabalhando, artistas etc., que são contratados. Além disso, a ideia de pertencimento à Cidade. Toda a cidade de São Paulo é parada só no mês do *hip hop* para ter vários direitos como oficinas, os artistas cantarem, etc. A gente está nas casas, nos CEUs, nas redes, nas praças. Atinge diretamente 20 mil pessoas, a política pública chegou na ponta.

Indiretamente, só para divulgação, chegamos a mais de três milhões de pessoas por causa da rede da internet. Isso é direito conquistado. Agora, esse direito não é observado, porque o direito do transporte público está suave. Além de a gente dar dinheiro para eles, a gente paga a passagem. E são tristes essas ideias do Orçamento.

A gente quer investimento no *hip hop*, pois saiu daqui e não investiram esse dinheiro neste ano. Queremos um investimento nas casas de *hip hop*. São quatro, um milhão para cada.

Também queremos investimento no fomento da periferia, 20 milhões, não sete milhões que estão no Orçamento. Sete milhões não dão para nada.

A gente quer também investimento de um milhão de reais da Secretaria de Cultura e não 600 contos, 500 contos. Pela Secretaria, um milhão de reais, mais um milhão de reais pela educação, sendo dois milhões no mês no *hip hop*, porque atinge a Cidade inteira. Também queremos um investimento no território *hip hop*, que são dois milhões de reais.

Também queremos investimento na Secretaria da Educação, bendita maldita educação. Saímos daqui com uma Peça Orçamentária, o Chalita “chatelou” todo mundo, porque a grana do *hip hop* não foi, que era para investir na Lei 10.639, com ênfase nas discussões raciais. Somos contra o genocídio, para não falar que a legislação desse ano é triste, porque falamos de genocídio...

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Conclua, por favor.

O SR. RAPPER PIRATA – Vou concluir, antes que o Truman chegue. Falamos de genocídio, falamos um par de coisas e não adianta nada. Os Vereadores não se movimentam. Mano, ser Vereador é muito tranquilo. É um ser humano que vai ganhar um “x” dinheiro alto para achar que tudo isso aqui é balela. Não é política séria, precisamos mudar. A nova gestão será estranha, mas será uma gestão de disputa. Com os Vereadores que foram eleitos aumentou a disputa. Então, disputam conosco para a gente entrar e ajudar nessa disputa, porque senão vocês serão iguais. (Palmas)

Só uma fala que eu esqueci, tem uma movimentação, perdoem-me, para evitar as confusões sociais. Tem uma fala aqui de que essa ideia de ter só essa audiência não pode rolar. Por setores tem que rolar, porque tem uma fala de que podem parar as ruas aí. Então, esse é o problema que vocês trouxeram para a sociedade. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Tem a palavra o Sr. Cássio Vieira.

O SR. CÁSSIO VIEIRA – Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sr. Secretário, presentes, gostaria de falar um pouquinho sobre alguns aspectos da situação fiscal do Município, porque é extremamente vinculada ao que estamos discutindo aqui hoje.

Nesse sentido, gostaria de um pouquinho de paciência para ler um trecho que está sendo divulgado por certo município: “Esse município tem os melhores indicadores de capacidade de honrar pagamentos no curto prazo, melhor nível de autonomia nas receitas, menor nível de despesa de pessoal e nota de crédito melhor que o Estado de São Paulo.”

Que município é esse? Esse é o município de São Paulo. Como ele tem essa situação, que foi reconhecida, declarada, alardeada pela própria Prefeitura como uma situação que está muito favorável, quando relacionada com qualquer outro município ou grande município ou capital? Isso se deve a alguns aspectos que foram aqui relatados de forma sintética.

Primeira coisa: “maior índice de autonomia de receita” significa que ao longo dos últimos 13 anos, desde a edição da Lei Complementar 116, que reformulou a tributação

municipal em âmbito nacional, o Município de São Paulo fez um esforço monumental e quadruplicou a receita tributária desde então. É um trabalho de servidores públicos da administração tributária, que vem crescendo para que haja recursos para atender a educação, a saúde e a cultura também, que é feito aqui um trabalho por esses servidores. Então esse é o primeiro aspecto da balança.

O segundo aspecto é o arrocho salarial que se deu ao longo dos últimos 13 anos, não obstante o crescimento da receita, com os servidores públicos. Uma política terrível, 0,01% de reajuste anual.

Nesse sentido gostaria de pedir à Mesa para aproveitar o momento para deixar transparente, não só para os servidores públicos, mas para a população em geral qual será - colocar uma rubrica específica – o índice de reajuste que terá o servidor público municipal em 2017. Isso daí, lógico, descontado eventuais ajustes que foram feitos para uma ou outra categoria, porque isso daí é uma ofensa clara à Constituição Federal. Está aí uma sugestão que a Federação dos Servidores Públicos está trazendo à Mesa. Que seja dada eficácia ao princípio da transparência na administração pública: queremos que seja colocado expressamente qual o percentual que será aplicado, o reajuste geral anual para os servidores públicos.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Obrigado. Tem a palavra o Sr. Rodrigo (sobrenome ininteligível).

O SR. RODRIGO – Boa tarde. Eu participo dos movimentos dos saraus das periferias. A primeira coisa que acho importante falar é sobre a importância das audiências temáticas setoriais. Já foi falado, mas quero reforçar porque vamos discutir o Orçamento da cidade, são 54 bilhões. E não será duas audiências que vão resolver a complexidade imensa que existe. Por gentileza, ouçam a plenária, ouçam a assembleia e convoquem audiências setoriais.

Queria reforçar também a questão do atendimento das leis de fomento que já existem na cidade, na parte da Cultura, sendo 20 milhões para fomento nas periferias; 28 milhões para o programa VAI 1 e 2; e 11,5 milhões para o Hip Hop. Não é pedir demais, não é: 20 mais 11, são 31, mais 28, são quase 60 milhões para atender principalmente a periferia da Cidade, periferia que é maioria na Cidade, somos quase 9 milhões pessoas, são 60 milhões. O Theatro Municipal, um único equipamento, recebe 120 milhões! Isso é quase um crime. Qual é a população que o Theatro Municipal atende? Tanto em número...

- Falha na gravação.
- Gravação interrompida.
- Manifestação na galeria.

O SR. RODRIGO – Queria falar também que é importante a gente...

- Falha na gravação.
- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Pela ordem. Fábio Paternoster; Douglas Teodoro; Tânia Viana; Cláudio Guimarães; Twin C Boy; Thomaz.

O SR. FÁBIO PATERNOSTER – Salve quebrada! Salve o movimento cultural das periferias! Primeiramente, fora todos os golpistas, esse governo ilegítimo! Contra a PEC 55!

Quero manifestar nosso repúdio sobre essas duas sessões que não viabilizam uma discussão madura, jogando o povo contra o povo. Exigimos, portanto, sessões temáticas.

E outra: será cobrado lá fora, através de um ato que a gente está convocando. A gente vai fechar a rua, se isso não acontecer. Viemos aqui para defender o óbvio, novamente 3% para a cultura, metade para as iniciativas periféricas da ZL.

As quebradas estão sangrando. Contra o genocídio da juventude negra, indígena e periférica, hoje! Vigília! Cadê os cinco jovens da ZL? Dezoito horas, Largo São Francisco.

Também queremos questionar o aumento de R\$ 20 milhões da Câmara e de R\$ 63 milhões do Tribunal de Contas do Município. Não está havendo um retrocesso? Não estou entendendo.

Queremos repudiar os cortes: 58% do esporte; 45% da promoção da igualdade racial; 40% da Cohab; 30% da assistência do desenvolvimento social; e 25% das subprefeituras. As quebradas estão sangrando agora. Não é para médio prazo, portanto exigimos que o orçamento da Cidade seja descentralizado agora, em 2017.

Cadê o site da transparência à cultura? A grana foi empenhada em 2014. Cadê? A gente quer participação de verdade. Se a gente não vier aqui se meter de louco, nada muda.

Entendemos que, com o tempo, há formação da produção cultural na periferia. Então a gente vem aqui, novamente, para cobrar os R\$ 20 milhões da Lei de Fomento à Periferia, dos quais já foram enviados R\$ 7,5 milhões. E, de novo, a gente tem que vir cobrar a mesma pauta, se desgastar. Muitas vezes, nem temos dinheiro para a condução, muito diferente da realidade dos senhores.

Também viemos cobrar os R\$ 20 milhões das casas de culturas, pois estamos vendo a galera tirando dinheiro do bolso para pintar uma parede. Cadê essa grana? Criar equipamento já precário não será mais tolerado.

Queremos R\$ 3,6 milhões para o Programa Agente Comunitário de Cultura. Entendemos também que os R\$ 28 milhões dos programas VAI são mais do que óbvios, pois é um dos programas que mais representa a produção cultural nas periferias; além dos R\$ 4 milhões do Programa Veio e Ventania; os R\$ 8 milhões para a reestruturação da Secretaria Municipal de Cultura, que também está precária e não tem funcionário.

Entendemos e exigimos a aprovação do retorno das supervisões de cultura para a Secretaria Municipal de Cultura e sua devida reestruturação, com investimento de R\$ 11 milhões.

Pelo PL 393, do Conselho Municipal de Participação Social. Cadê, Vereador Mario Covas Neto? Pediu vistas e temos que vir aqui cobrar direto? Não. Esse PL tem de ser aprovado este ano. E pelo PL do Conselho Municipal de Cultura. As quebradas estão sangrando. A gente quer mudança agora. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Tem a palavra o Sr. Douglas Teodoro. (Pausa)

NÃO IDENTIFICADO – Ele se inscreveu primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Qual é seu nome?

NÃO IDENTIFICADO – Então, acho que ficou evidente que não somos alvo de política pública. Ficou evidente. Estou aqui...

- Gravação interrompida.

NÃO IDENTIFICADO – [...] milhões de reais para (Inaudível) vocacional (Inaudível) período letivo.

- Gravação interrompida.

NÃO IDENTIFICADO – Onze milhões de reais para o *hip hop* e 600 milhões de reais para o Programa Agente Comunitário de Cultura; 28 milhões de reais para o Programa VAI; 4 milhões de reais para o Veia e Ventania; e também apoiamos o Plano Municipal do Livro e da Leitura, a respeito do qual o Ciríaco mandou muito bem aqui; 15 milhões de reais para o Programa Jovem Monitor; 1 milhão de reais para os Programa (Inaudível).

- Gravação interrompida.

- Manifestação na galeria.

O SR. JONAS CAMISA NOVA (DEM) – Pessoal, eu só gostaria que se manifestassem quando dada a liberdade do microfone, por favor. Vamos respeitar a fala dos outros.

Tem a palavra o Sr. Douglas Teodoro.

O SR. DOUGLAS TEODORO – Eu não me senti desrespeitado, eu concordo com tudo que ele disse.

Pode parar o tempo, que eu não estou pronto, não.

- Manifestação na galeria.

O SR. DOUGLAS TEODORO – Eu reparei na postura dos Vereadores, então eu gostaria de trazer alguns números.

Olhe para mim, por favor, quando eu falar. Eu sou o povo! Vamos largar o celular, a canetinha, e prestar atenção no povo, que é para isso que vocês são pagos.

- Manifestação na galeria.

O SR. DOUGLAS TEODORO – Primeiramente, fora Temer, fora todos!

Vamos ao ponto.

Eu cresci na periferia do Jardim São Luís, só que eu sou branco e, por isso, eu estou vivo. Para cada branco da periferia (Inaudível)...

- Gravação interrompida.

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Tem a palavra a Sra. Tânia Viana.

- Manifestação na plateia.

A SRA. TÂNIA VIANA – Boa tarde. Estou aqui representando uma fatia que pode ser duramente agredida, espancada, batida, por causa de um histórico que não foi construído pelas pessoas que trabalham lá.

Vocês podem se levantar, por favor. (Pausa)

Estes são os meus colegas que trabalham numa casa que, durante o ano de 2016, foi duramente exposta por esta Casa; exposta como uma casa onde se desfrutam privilégios, vantagens que não são conferidas aos demais e onde... Vou me ater a contar a nossa história. Cada um contou a sua história e agora nós vamos contar a nossa.

Nós fomos duramente surrupitados durante esta gestão de quatro anos que se encerra agora, fomos surrupitados por uma estrutura público-privada que se estabeleceu dentro da estrutura para cumprir um direito trabalhista que nos foi tomado na aprovação da Constituição de 1988, e os senhores têm como dever de ofício limpar essa mácula, essa mancha que foi jogada sobre o Theatro Municipal de São Paulo.

- Manifestação na plateia.

A SRA. TÂNIA VIANA – O Theatro Municipal de São Paulo é uma casa que não se restringe a ser o palco ególatra de um cidadão que vai lá fazer obras para promoção pessoal. O Theatro Municipal abarca escola de música que agrega crianças da Cidade inteira, inclusive da periferia, que vão lá estudar violino, música, dança.

- Manifestação na plateia.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

A SRA. TÂNIA VIANA – Você segura o tempo para mim, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Pessoal, pela ordem. Pessoal, pessoal, foi garantido o direito de ela se manifestar.

A SRA. TÂNIA VIANA – Sou negra, sou periférica, ando de trem.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Pessoal, pela ordem.

- Manifestação na plateia.

A SRA. TÂNIA VIANA – Querido, estou aqui defendendo o fim da política da “farinha pouca, meu pirão primeiro”. A farinha que tem que ser distribuída é a farinha que vai para aquelas pessoas que não vieram hoje aqui nesta audiência defender nada, porque têm *lobby* de vereador defendendo por eles. Nós todos somos cultura. Eu também sou cultura. Eu também sou negra, eu também sou periférica. Pego trem, trabalho horas por dia, digna e honestamente. Estou aqui defendendo não é o prédio da Praça Ramos, não são as pessoas que vão lá com joias assistir ópera, não são as pessoas que carregam o libreto dos concertos para ostentar um *status* que elas sequer têm. Estou aqui defendendo o direito de acesso a

todos. E para que isso aconteça vocês têm por dever de ofício preservar essa instituição, porque essa instituição é, em última instância, o gargalo para onde deveriam migrar todas as expressões culturais que estão aqui. Deveriam ter espaço lá.

Então, quando se alega que o Theatro Municipal (ininteligível) ...é também falha nossa, porque a gente não dialoga com o que acontece no Theatro Municipal quando ele vai para a periferia. Eu cansei de cantar em CEUs vazios.

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. TÂNIA VIANA - Eu ouvi você com o maior respeito, e vi sua dignidade na sua fala. Eu ouvi você e compreendi seu dilema. Nós não estamos aqui para criar divisão entre artistas. (Palmas)

Dos senhores e do senhor, principalmente, que é o Secretário que abriu dizendo que o Orçamento vai ter um corte, espero que o senhor proponha para a comissão de transição que um de cada um de nós sente-se com o Prefeito, antes de S.Exa. assumir a cadeira, e que aceite que nós sejamos os olhos sobre a distribuição do dinheiro que será feita por ele. porque o dinheiro não é dele, é nosso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Com a palavra o Sr. Claudio Guimarães.

O SR. CLAUDIO GUIMARÃES – Boa tarde a todos. Continuo na mesma linha da minha colega de trabalho, represento o outro grupo que igualmente sofreu, particularmente com essa última gestão que tivemos no Theatro Municipal.

O que as pessoas ouvirem falar do Theatro Municipal... Inclusive tomo a liberdade de dizer que a própria Casa também desconhece o Theatro Municipal. O Theatro Municipal não é um prédio. O Theatro Municipal é os artistas que lá trabalham. Ele agrega pessoas de todas as classes sociais. Temos trabalhadores na área de educação, temos trabalhadores na área de cultura, temos artistas, técnicos, educadores, professores. O Theatro Municipal conta com uma escola municipal pública de arte aberta a todos, uma escola de dança aberta todos; é pública.

Retomando a fala da minha colega Tânia, digo a vocês: não estamos aqui para dividir o bolo. Não se trata disso. Uma cidade do porte de São Paulo tem recursos para absolutamente todas as áreas de cultura.

- Apartes fora do microfone.

O SR. CLAUDIO GUIMARÃES – Não estamos aqui para colocar as coisas dentro do Theatro Municipal, mas para trazer o Theatro Municipal para o público. A casa em que trabalhamos não é uma casa que pertence a nós, é uma casa que pertence a todos vocês. Não somos nós que fazemos a política cultural que rege o Theatro Municipal. Nós somos os artistas que lá trabalham. Se as políticas estão inadequadas, que sejam retomadas as políticas do passado, quando as coisas eram feitas para o povo de São Paulo, quando as portas do Theatro estiveram abertas para as escolas municipais, quando as portas do Theatro estiveram abertas para todos os que desejavam usufruir da arte que é lá realizada. Não somos nós que administramos esta Casa. Não estamos aqui pedindo para que o dinheiro seja desviado de absolutamente qualquer área de cultura porque nós também somos esta parte da Cultura, porque nós não trabalhamos unicamente com ópera, porque nós também viemos de outras manifestações culturais que não a que executamos hoje. Estamos aqui para pedir a esta Casa que observe o período que tivemos, de quase 30 anos de contratos irregulares que a Prefeitura, instituição, arrastou por longos anos e nos retirou os direitos trabalhistas, nos impediu de termos os direitos trabalhistas. Pedimos a esta Casa que, com coerência, observe o Theatro Municipal, assim como todas as áreas de cultura devem ser observadas. Simplesmente isso. (Palmas)

O SR. _____ - Vou subir aqui porque só dá para ver o cabelo branco de vocês, não dá para ver a cara de vocês. Não pode subir mais ali? Esse daí do Theatro Municipal é zoadado para caramba. De boa, mano. Os pobres que vão lá, a maioria vai pra trabalhar. Os ricos vão pra se divertir. O Theatro Municipal devia mudar o nome para...

(inaudível) Não pode ficar na altura deles? Está bom. É o seguinte, não pode estar na altura deles. Isso se chama: medo. Têm medo do povo. Pode ir lá? Deixou, viu, seu polfícia.

- Manifestação na galeria.

O SR. _____ - Aqui é da hora. Se mandar pegar eles pegam, se não mandar eles não pegam. Eles é que mandam, é assim o negócio.

Eu não vim aqui humilhar. É até para tirar um sarrinho, para a gente poder abaixar a bola. O que nós queremos é a grana do Hip Hop. Quem é o homem que mexe na grana? É aquele malucão do lado, ali. Mano, coça o bolso, a gente quer dois milhões para as casas de Hip Hop. São cinco casas de Hip Hop. Dois milhões para cada casa de Hip Hop. A gente quer a conclusão das outras duas, que ficaram três aí e vocês estão devendo duas para nós. Nos quatro cantos da Cidade e uma no Centro, certo? Se coça aí, queima um neurônio, nós queremos essa grana, e nós voltamos, vamos pesar na orelha de vocês. E é o seguinte: fomento para o Hip Hop, tem que chegar com a cara de dois milhões. É um pau e meio, né, Pirata? Dois milhões? Então tá, dois milhões. Chega com dois milhões e fomenta para o Hip Hop...

- Gravação prejudicada.

O SR. _____ - Então, mano, é isso que nós queremos, sem treta...

- Gravação prejudicada.

O SR. TOMAS – Boa tarde a todos. Meu nome é Tomas, sou do grupo Tocaias MCs, da região de Parelheiros, e membro do Fórum Hip Hop.

Tenho uma história para contar. Quando eu era criança, com os meus 12 irmãos pretos, eu tentava entender por que nós éramos tão massacrados naquela época dos anos 70 e 80. Hoje eu tenho 44 anos. Enfim, eu tentava entender: “Por que, pai, por quê?”. E o meu pai, com as passeatas dele, dizia: “Temos de entender as coisas”. E hoje eu entendo. São vocês,

são vocês, que estão dando a má qualidade para Parelheiros. São vocês que estão dando má qualidade para a região lá do fundão da Barragem...

- Gravação interrompida. Transcrição prejudicada.

O SR. TOMAS - Quando o ônibus não subir mais por falta de vias públicas...

- Gravação interrompida. Transcrição prejudicada.

O SR. TOMAS - Muitos...

- Gravação interrompida. Transcrição prejudicada.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Próximos oradores: Terená, Bradini de Oliveira, Paulo Fabiano, Tiago, Rogério Almeida, Vanessa Macedo.

A SRA. TERENÁ – Boa tarde. Meu nome é Terená e estou representando o Fórum de Artes Negras e Periféricas, um fórum que surgiu em 2015 para discutir as políticas públicas na cidade de São Paulo.

E, aí, quando eu chego à Câmara eu olho isso aqui! Eu muito me incomodo, porque eu não vejo ninguém que me represente. Não vejo nenhuma mulher aqui em cima, não vejo nenhuma mulher negra aqui em cima, e ainda nem começamos a falar dos indígenas, das mulheres trans e de tantos outros grupos que são excluídos dessa sociedade.

Então, eu fico pensando: que capacidade que vocês terão de entender as demandas da Cultura, uma vez que vocês não representam a população da cidade de São Paulo? E é essa a minha preocupação e é isso o que colocamos aqui, enquanto fórum.

Queremos, sim, os 3% para a Cultura e queremos, sim, 50% da periferia, porque é só quando colocarmos esse dinheiro na periferia é que conseguiremos mudar um pouco isso aqui. (Palmas)

E é isso que precisa ser colocado. E queremos colocar que 50% é o mínimo, porque a maior parte da população que está se “fodendo” está lá na periferia, não está aqui no Centro.

Então é o mínimo que a gente vem pedir são esses 50% para a periferia. E o que eu quero falar para a galera do teatro é que não temos de nos segmentar enquanto classe artística, mas precisamos dizer que quando esse dinheiro é distribuído nunca é pensado na arte negra, nunca é pensado nas mulheres, nunca é pensado na galera do Hip Hop, nunca é pensado na população LGBT. Nunca.

Então o discurso de vocês, do Theatro Municipal, quando vem aqui é um discurso racista, é um discurso classista, porque eu, sim, tive de aprender a arte a partir de um ponto de cultura lá na quebrada do Rio Pequeno, zona Oeste, porque eu nunca ia ter chance de entrar com o corpo que eu tenho. O meu corpo de mulher negra nunca ia ter chance no balé do Theatro Municipal.

Então é isso o que a gente vem aqui dizer. Queremos sim...

- Gravação cortada inesperadamente.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Tem a palavra a Sra. Brandina de Oliveira.

A SRA. BRANDINA DE OLIVEIRA – Boa tarde a todos, quase boa noite já. Cumprimento a Mesa, a Comissão, quero dizer para vocês que com muito orgulho e muita dificuldade sou negra e sou assistente social - ou “insistente”, como muita gente fala.

Vou falar sobre assistência social, obviamente, mas gostaria de alertar e dizer uma coisa mais para os Vereadores e para algumas outras pessoas aqui: *hip hop* é cultura, pancadão é bagunça.

- Manifestação na plateia.

A SRA. BRANDINA DE OLIVEIRA – Desculpem, vocês sabem que é. Mas *hip hop*, não. *Hip hop* é cultura. *Hip hop* tem história. *Hip hop* fala...

- Gravação cortada inesperadamente.

A SRA. BRANDINA DE OLIVEIRA – *Hip hop*.

- Manifestação na plateia.

A SRA. BRANDINA DE OLIVEIRA – Olha o meu tempo, me deixa falar.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Pessoal, respeito.

A SRA. BRANDINA DE OLIVEIRA – O que quero falar é sobre assistência social. Então durante muito tempo atuei na Cracolândia atendendo as pessoas que vocês ou que algumas pessoas costumam chamar de invisíveis. As pessoas que ninguém quer ver: os moradores de rua, dependentes químicos, pessoas que estão lá morando numa situação bem difícil.

Então hoje vim aqui para dizer que gostaríamos muito que existisse uma melhor otimização dos serviços na área da Assistência. É muito terrível falar do orçamento, mas precisamos que seja mais bem observada a forma como se trabalha na Assistência. Aqui, tenho certeza, há vários profissionais qualificados e que estão na rua e que conhecem o que estou falando de verdade.

Muita gente não quer mexer com isso. Ninguém quer mexer com bêbado, com dependente químico, com drogado, com pessoas que já têm a saúde mental afetada. Pessoas que estão lá na rua cheirando, com fome, usando todos os tipos de droga. Realmente é difícil, mas há pessoas que ainda acreditam na recuperação do ser humano, e estou aqui para falar sobre isso.

Nós temos alguns trabalhos, dentro do Poder Público, que podem estar realmente fazendo trabalhos, que se forem realmente ouvir quem está querendo fazer o trabalho, e não

ouvir quem está querendo passar um paninho... Quem está querendo fazer um trabalho. E nós podemos começar, eles são apenas adolescentes.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Conclua, por favor.

A SRA. _____ - Nós temos os CCAs. Então o que eu queria pedir...

- Manifestações na galeria.

A SRA. _____ - É uma nova porta de entrada para as pessoas que podem encaminhar essas pessoas, essas que são invisíveis, para o serviço de saúde mental vinculado à drogadição e à dependência química.

Desculpem, não dá para concluir melhor, mas a ideia é essa: otimização dos serviços que já existem.

Obrigada.

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Paulo Fabiano.

O SR. PAULO FABIANO - Boa tarde a todos e todas.

Srs. Vereadores, estou aqui falando pelo Programa Vocacional que faz parte de uma estrutura de formação da Secretaria Municipal de Cultura, que abriga os programas de formação vocacional PIÁ e EMIA, 36 anos.

- Manifestações na galeria.

O SR. PAULO FABIANO - Todos os anos, e estamos aqui lutando basicamente por aquilo - pelo óbvio, não é? - que é pela manutenção das conquistas dos artistas desta cidade. Esses programas foram construídos, batalhados pelos artistas desta cidade, e todos os anos é preciso lutar pela sua permanência e garantir o seu orçamento para que eles continuem.

Obviamente a perspectiva para essa próxima gestão é bastante perigosa e, portanto, estamos aqui não só pelos programas de formação, mas junto com todas as reivindicações que estão sendo colocadas aqui, como a necessidade das audiências setoriais

para que possamos discutir e colocar as questões e as singularidades de cada um dos programas, projetos e questões que são colocados aqui.

Vou ler esse texto que é uma carta - é uma carta repetitiva - que várias vezes foi colocada às gestões, aos Srs. Vereadores inclusive, que contextualiza os programas de formação na Cidade.

Em 2001, o Programa Vocacional foi implantado como parte integrante de uma proposta de política pública gerada por artistas de teatro de São Paulo, apoiada em três pilares principais: formação, fruição e fomento. E contava então com os projetos: fomento à produção artística através da implantação da Lei de Fomento ao Teatro para a cidade de São Paulo; Democratização do Acesso aos Bens Simbólicos, com projetos como o Formação de Público e Ocupação dos Teatros Distritais, que foi decapitado dentro dos programas e desestruturou toda a relação de construção das bases organizativas naquele período nas periferias.

A Formação Artística, da qual faz parte o Programa Vocacional, o PIÁ e a EMIA. Essa trajetória, o Programa Vocacional resistiu, resistência essa que se dá pelo engajamento de artistas que dele participam, especialmente pela intensidade e profundidade de suas ações, instauração de processos artísticos e articulações na Cidade, acentuadamente nas áreas periféricas.

Atinge também, através das práticas desses artistas, grande alcance e capilaridade na Cidade e potente articulação com outros programas da Secretaria Municipal de Cultura, como: Fomento à Dança, Fomento ao Teatro,...

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Paulo, conclua, por favor.

O SR. PAULO FABIANO -... E, atualmente, o Programa Jovem Monitor.

- Manifestações na galeria.

O SR. PAULO FABIANO - Pela dimensão desses programas, pela necessidade e importância, pedimos que se torne necessário garantir o orçamento dos programas para a

edição de 2017, assim como a aprovação nesta Casa do PL 461/2016, que institui os programas de formação como política pública da Secretaria Municipal de Cultura.

Pelos 3%, metade para a periferia; e pelas audiências setoriais.

Boa tarde.

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – PIÁ (?), Vilmares (?).

O SR. VILMARES (?) - Boa tarde a todos.

Estou aqui em nome dos aprovados no último concurso público da autarquia Amlurb, de limpeza urbana. É um tema que ainda não foi tratado aqui, mas que é correlacionado com vários outros temas que as pessoas aqui falaram, sobre a gestão dos resíduos sólidos, que beneficia várias famílias da Cidade.

Somos uma cidade-país, como foi citado anteriormente. Não podemos nos acomodar nesse tema porque isso poderia beneficiar muito mais gente, garantir muito mais investimento para a Cidade, desenvolver novas tecnologias que poderiam até chamar a atenção mundo afora. Temos que ver que o governo atual se preocupou com essa temática e reestruturou toda a autarquia, criou cargos para isso e houve o concurso público, o qual teve 176 aprovados e que foi homologado em junho deste ano. A autarquia solicitou à Comissão um orçamento para o ano que vem para a nomeação desses concursados; porém, a Secretaria de Finanças cortou isso.

Eu gostaria de chamar a atenção dos senhores para o fato de que o projeto de lei deste ano tem que ser encarado de forma diferente dos anos anteriores. O pessoal que trabalha lá é de comissionados e servidores emprestados de outras áreas da Prefeitura; não são concursados, aprovados em concurso específico para o cargo. Então, desta vez tem que ser olhado de forma diferente, e deve haver a nomeação o quanto antes para poder beneficiar a população também o quanto antes, porque ninguém pode ficar esperando. Por isso, venho

pedir a revisão dessa solicitação da autarquia para poder nomear os aprovados no concurso.

Muito obrigado a todos e boa tarde. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Rogério Almeida.

O SR. ROGÉRIO ALMEIDA – Boa tarde a todos. Meu nome é Rogério Almeida, sou membro do corpo docente da EMIA – Escola Municipal de Iniciação Artística. Falo de uma escola que existe há 36 anos no parque localizado no Metrô Conceição, uma escola que é sinônimo também de resistência. Falo de uma escola que passou por situações complexas que julgo que muitos de vocês não conhecem, inclusive a Mesa. A escola já passou pela iminência de ser fechada. É uma escola que hoje, para vocês terem ideia, já abraçou e acolheu mais de 25 mil famílias e atualmente tem 1 mil crianças sem ver cor – se são brancas, pretas, ricas, pobres. Quando a escola passou pela iminência de ser fechada, a comunidade de pais – cujo bordado está ali – abraçou a escola dobrando o quarteirão inteiro na presença do Prefeito Paulo Maluf, que à época anunciou que iria fechar a escola, mas voltou atrás, e a associação de pais fez com que a escola continuasse por mais alguns anos. Quando os salários foram cortados no meio do ano por uma perda eleitoral, os professores não deixaram de ir. Os professores estavam lá e continuaram mantendo o calendário da escola independente de qualquer coisa. O salário veio seis meses depois e, mesmo assim, eles estavam lá, e hoje nós estamos aqui, 36 anos depois.

Falo em nome dos programas de formação artística. Falo em nome do Piá, falo em nome do Vocacional, falo em nome dos jovens monitores, falo em nome da EMIA (aplausos). Pessoas que passaram por aquela escola e viram muito mais do que um projeto pedagógico: viram flores nascendo, viram crianças brincando. Falo pelo brincar, falo pela EMIA, falo pela cultura e falo pela periferia. Falo por um lugar que recebe a periferia e falo por um lugar que quer ir até a periferia, e aqui está aberto o convite.

Estamos descobrindo hoje, nobre Mesa, nobres Vereadores, que a cultura é muito mais do que a gente pode carregar num (ininteligível) só, mas é muito mais do que a gente

pode carregar na alma e muito menos do que a gente pode carregar no fazer dessas pessoas que estão aqui. A gente apoia, sim, os 3% de aumento na cultura e queremos, sim, que metade disso vá para a periferia, porque a gente sabe que cultura não se faz sozinha. A EMIA chama-se Escola Municipal de Iniciação Artística. Para nós, fazer arte é desenvolver o humano. O humano é o objetivo da nossa educação. Queremos, sim, trabalhar com aquilo que a EMIA trabalha há 36 anos: com integração de linguagens. Nós trabalhamos música, dança, teatro e artes visuais, sem dar privilégio a ninguém. Nós trabalhamos querendo que o cidadão seja o privilégio dessa cidade. Nós trabalhamos para que a Cultura seja a voz desse cidadão. Meu nome é Rogério Almeida, sou membro do corpo docente de uma escola que existe há 36 anos. O nome dela é EMIA – Escola Municipal de Iniciação Artística. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Sra. Vanessa Macedo.

A SRA. VANESSA MACEDO – Boa tarde. Estou aqui representando a fala construída pelo movimento A Dança se Move. Pedimos uma responsabilidade especial ao Programa Municipal de Fomento à Dança para a cidade de São Paulo.

Esse programa, assim como o Programa de Fomento ao Teatro, revolucionou estruturalmente os modos de pesquisa, criação e produção da dança paulistana nos últimos dez anos. Ele assegurou que os corpos, seus valores, intenções e crenças que compõem essa cidade fossem visíveis e se espalhassem através da prática artística, da pesquisa estética e do trabalho cultural continuado de uma diversidade de grupos e artistas.

Além disso, o Programa Municipal de Fomento à Dança tem possibilitado um crescimento notável no mercado de trabalho. São cerca de 90 mil contemplados nesses dez anos que ampliaram a profissionalização de uma série de atividades correlatas no que se refere à produção, música, figurino, iluminação, vídeo, tecnologia, dramaturgia e diversos outros campos de atuação. Isso revela a abrangência desse programa para além do campo específico da dança.

O fomento conhecido em polos coreográficos pelo mundo e que oxigena a vida artística e cultural em nossa cidade tem sido exemplo em muitas outras cidades brasileiras quando os assuntos são as políticas públicas nas artes. É, portanto, uma referência no Brasil e na América Latina.

É um orgulho saber que essa lei ‘complexifica’ a cidade mantendo-a como uma metrópole contemporânea do mundo e multiplicando recursos indiretos a ela. Isso demandou e demanda um investimento de tempo em pesquisa, reflexão, experimentação, risco e produção para alcançar resultados estéticos, materiais e imateriais consistentes.

São Paulo precisa manter e ampliar políticas para o setor cultural tendo em vista que ela não é uma cidade qualquer, mas uma potência da América Latina que deve, não somente acompanhar, como também propor os eixos de vida na contemporaneidade.

Em razão disso, o movimento A Dança se Move nesse momento reivindica não só a manutenção atualizada da verba destinada a essa pasta, mas um aumento significativo de seu valor para a dança, para o teatro e para uma importante conquista obtida nesse ano de 2016: o fomento à periferia. (Palmas) Essa conquista do fomento à periferia não é só dos artistas, é uma conquista da Cidade.

Ainda nesse momento é necessário mencionar a importância de outros programas que precisam do apoio irrestrito dos representantes eleitos desta Câmara para continuarem atuantes e enriquecendo a vida cultural da cidade de São Paulo: Programa Vocacional; Vai 1 e 2; Piah; Prêmio Zé Renato; SP Cine; Centro de Referência da Dança. Contamos com a sensibilidade e apoio dos Vereadores desta Casa, movimento A Dança se Move.

- Assume a presidência o Sr. Toninho Vespoli.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Próximo Célio Borelli. Depois Diego Lopes Santos, do Programa Jovem Monitor Cultural. (Palmas)

O SR. CÉLIO BORELLI – Meu nome é Cultura.

- Manifestação na plateia.

O SR. CÉLIO BORELLI – Meu nome é Jovem Monitor Cultural.

- Manifestação na plateia.

O SR. CÉLIO BORELLI – Vou falar um pouco sobre o que é o programa, de uma forma meio contextual. Jovem Monitor Cultural é um programa de formação e experimentação profissional. É instituído por lei e regulamentado por decreto, com foco em gestão cultural para juventudes, realizado com a Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura de São Paulo, que, atualmente, conta com a parceria das organizações conveniadas Ação Educativa e Instituto Pólis.

O programa visa promover a participação dos jovens nos processos de transformação social e política da sociedade, a partir de uma formação teórica que aborda questões que envolvem a diversidade das juventudes e das manifestações culturais, cidadania, direito à cidade, questões étnico-raciais e sociais, de gênero e sexualidade, juntamente com a formação prática em gestão cultural em espaços públicos culturais, como teatros, bibliotecas, casas de cultura, museus, centros culturais; e nos departamentos da Secretaria Municipal de Cultura, Gabinete, EMIA, produção, programação, comunicação, fomentos, cidadania cultural, núcleos de casas de cultura.

Lembrando que os jovens monitores culturais são, também, precursores do processo de apropriação dos equipamentos pela periferia e por toda São Paulo. Ajudamos, de forma pontual, a galera a se apropriar dos equipamentos culturais, somos precursores desse movimento, temos aqueles que representam as pontas. Os gestores das casas, mais os jovens monitores – é muito fácil ver isso indo às Casas, visitando esses equipamentos culturais – fizeram a diferença nesses locais. (Palmas)

No último edital, cerca de 8 mil jovens inscritos, de 18 a 29 anos, com grande procura, principalmente nas regiões periféricas da Cidade, lembrando que a ênfase desse programa foi a periferia. Talvez, não esteja garantida em lei essa questão de incluir a

vulnerabilidade para o programa, porém isso também é algo que é bom ser pautado aqui, porque a galera que precisa, realmente, mostrar a representatividade é a da periferia. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Conclua, por favor.

O SR. _____ – Desse total, atualmente, temos 263 jovens exercendo o seu direito e construindo uma das principais políticas públicas voltadas exclusivamente para a juventude. Diante disso, torna-se essencial a continuidade e expansão desse programa, de forma que se consolide uma política de Estado, com a garantia de aprovação do orçamento, e reivindicamos 15 milhões de reais e a manutenção do conteúdo dos eixos - políticas públicas da cultura e da juventude, gestão cultural, protagonismo individual e coletivo, cidadania cultural, direito à cidade, ampliação de repertório, formação de redes, valores e convivência -, pois geram impacto de transformação social, cultural e econômica, tanto à juventude atendida, quanto à gestão pública e à sociedade civil.

_____ Só para finalizar: ênfase que o programa Jovem Monitor Cultural é para a Cultura assim como a escola é para a Educação, como o hospital é para a Saúde. Somos Cultura, somos Jovem Monitor Cultural. (Palmas) Somos LGBT.

- Plateia se manifesta: “Lutar, criar, poder popular”.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – O Sr. Sandro Borelli.

Quero anunciar a presença da nobre Vereadora Juliana Cardoso. (Palmas)

O SR. SANDRO BORELLI – Boa noite a todos; parlamentares, amigos da cultura.

Eu me chamo Sandro Borelli, sou o atual Presidente da Cooperativa Paulista de Dança, militante da dança e da cultura do Brasil.

Senhoras e senhores, os artistas paulistanos começaram a se organizar politicamente em prol das políticas públicas para a arte e a cultura nos meados dos anos 90. Por conta disso e da luta de vários incansáveis companheiros, conseguimos avanços significativos para o setor. Muitos movimentos organizados pela sociedade civil surgiram e ainda estão na ativa aqui na Cidade.

Também é necessário mencionar que as cooperativas de cultura, tais como dança, teatro, música e circo vêm fazendo um trabalho de articulação política de extrema vitalidade, mantendo aceso o sonho de que essa Cidade seja cada vez mais humana, tolerante e principalmente justa, porque aqui é o lugar da diversidade.

Para que isso de fato continue acontecendo, a arte e a cultura precisam ganhar mais protagonismo do ambiente legislativo e do executivo.

Senhoras e senhores, não temos dúvida alguma de que a arte é um instrumento poderoso na construção da reflexão, da ética e da cidadania. Um cidadão que não desenvolve o seu potencial criativo e sensitivo está fadado ao ato de ser um ser com poucas perspectivas de convivência social digna.

A arte/cultura necessita ser encarada como política de estado. Não há outro caminho possível. Todos nós aqui presentes neste instante sabemos que nessa megalópole borbulha diversidade cultural. Há diversos Brasis e vários países aqui dentro. São Paulo se tornou o que é porque foi construída assim.

Por conta de toda essa efervescência política que menciono surgiram programas de leis que impulsionaram vigorosamente o pensamento artístico em São Paulo. Programas que viraram referência no Brasil e fora dele.

A efetivação das leis de fomento ao teatro, dança, SpCine, Vai 1 e 2, Prêmio Zé Renato, fomento às artes periféricas, é bom que se diga que todos esses PLs foram aprovados por unanimidade pelos Vereadores desta Casa, comprovando o seu caráter apartidário.

Foi com toda essa certeza, ação conjunta entre sociedade civil, Legislativo e Executivo de maior importância histórica, artística e cultural do país.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Conclua, por favor. São três minutos, não posso passar desse tempo. Sandro,

O SR. SANDRO – É um fomento superimportante.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Sandro, dá para finalizar? Na verdade, é o seguinte, estou controlando o tempo para que todos possam falar.

O SR. SANDRO – Desculpa. Gente, posso continuar? O que vocês acham? Só falta mais um pouquinho. Desculpa galera. Vamos lá.

Outro fato importante acontecido foi o surgimento do Centro de Referência da Dança da cidade de São Paulo, localizado nos baixos do Viaduto do Chá, um projeto da Secretaria Municipal de Cultura em parceria com (inaudível).

No caso específico do fomento ao teatro e dança, podemos afirmar que centenas de grupos pesquisaram, produziram, apresentaram e difundiram uma infinidade de criações e ações artísticas da mais alta competência pela Cidade. Centenas de milhares de pessoas puderam ter contato com a arte por conta desses programas.

Senhoras e senhores, São Paulo não para de crescer.

- Falha na gravação.

O SR. SANDRO – (inaudível, falha na gravação) É por isso que essa Cidade se consolidou como a capital latino-americana da arte e da cultura.

Encerrando, acabando, dito isso, pedimos a todos Parlamentares desse importante local da democracia que se sensibilizem e aumentem o Orçamento para a cultura de São Paulo.

Não fabricamos ou construímos carros, parafusos, pontes, estradas ou condomínios. Não produzimos superávit e muito menos lucro. Produzimos, sim, bens e materiais de um valor simbólico precioso, que não têm preço. Não tem valor de mercado, porque não é mercadoria. Geramos sentidos, soberania, empoderamento e pertencimento.

Senhores e senhoras, provocamos, somos, construímos história. Portanto, o Orçamento da arte e da cultura dessa Cidade precisa ser preservado e ampliado.

Obrigado! (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Tem a palavra Natanael Jesus de Oliveira. E a próxima é a Sra. Fernanda de Castro Alves.

O SR. NATANAEL JESUS DE OLIVEIRA – Boa tarde a todos os Vereadores. Boa tarde a todo plenário da sociedade civil, trabalhadores, usuários, Assistência Social, e à Cultura, que está aqui em peso.

Em primeiro lugar, acho um absurdo um Orçamento de 54 bilhões ser apresentado em menos de cinco minutos no telão da Câmara Municipal de São Paulo. Não sei se vocês conseguiram acompanhar. Eu, lá embaixo, não consegui.

Estou representando o Fórum Municipal da Assistência Social. Neste momento o Fórum solicita, no mínimo, que o Secretário Municipal de Finanças devia ter acrescentado na proposta orçamentária, no mínimo, a resolução do Conselho Municipal da Assistência, que aprovou a proposta orçamentária da Assistência Social. Então nessa proposta orçamentária estão faltando 113 milhões. Então sem esses recursos os serviços para 2017, no mínimo, vamos ter somente manutenção. Agora, com corte, não sei o que vai acontecer.

Além disso, a Assistência teve inflação de 9% em 2015; e as organizações só tiveram aumento de 5,5% de reajuste nos convênios. Este ano a inflação foi quase 10% e tivemos, acho que, 4% de aumento e talvez uma previsão de reajuste de 6% no mês de janeiro. Da mesma forma está acontecendo com a Secretaria da Educação. A gente não sabe se o Governo que está assumindo vai bancar o aumento ou não.

Há também a questão do concurso público da Assistência Social, que não foi chamado.

Se for expandir o Plano de Metas que a Secretaria Municipal da Assistência aprovou no Conselho Municipal em 2014, então para expandir os serviços até 2017, faltam 250 milhões. Então não sei como a Secretaria de Finanças não colocou na proposta orçamentária o orçamento que o Conselho Municipal da Assistência encaminhou porque o Conselho é um órgão deliberativo.

Quero dar um informe: dia 11, amanhã, o Fórum Municipal da Assistência está marcando o Dia Municipal da Assistência Social. Para este dia, convidamos a todos. Também faremos um ato referente à questão do Orçamento.

É um absurdo que em 2016 não haja comissões temáticas. Ninguém conseguiu acompanhar a projeção do Orçamento em cinco minutos. Nas gestões anteriores todos os orçamentos foram apresentados nas comissões temáticas. Este ano, infelizmente, não haverá. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Tem a palavra Fernanda de Castro Alves.

A SRA. FERNANDA DE CASTRO ALVES – Boa noite. Falo em nome da Associação de Obstetizes. Se vocês me permitirem, eu vou falar um pouco da Saúde.

Para quem não sabe, obstetizes são parteiras. Eu sou parteira. Somos parteiras, somos profissionais capacitadas e comprometidas com a mulher no parto, pré-parto e pós-parto. Estamos comprometidas com a humanização do trabalho de parto, e principalmente com a luta no SUS pela qualidade e atendimento para todos. Quero dizer que não é só mulher rica, branca e de classe média que tem direito a um parto humanizado e de qualidade.

- Manifestação na galeria.

A SRA. FERNANDA DE CASTRO ALVES – Queremos trabalhar por um SUS de verdade e não num SUS sucateado. A gente não pode fazer tudo sozinha, mas vamos tentar agregar força a essa luta.

Queremos reduzir o número de morte materna, queremos reduzir o número de cesáreas desnecessárias no Brasil. Esse número é vergonhoso, dentre todos os países desse mundo. Se depender de nós, haverá parto humanizado sim, no SUS, para mulher pobre, indígena, negra e estrangeira. (Palmas)

Eu gostaria também de cumprimentar e mostrar o meu apoio à luta dos assistentes sociais, e fazer uma reflexão: quando a gente fala de direito da criança e do adolescente, a

gente precisa falar do direito de nascer com dignidade. Então a minha reivindicação hoje é a contratação de obstetras que passaram no primeiro concurso público em São Paulo.

A gente tem muito medo de não assumir na próxima gestão, mas a gente vai continuar lutando pelas mulheres. Chega de violência obstétrica! Chega de qualquer tipo de discriminação! (Palmas) Chega de mulheres em situação de aborto, ou por ser lésbica ou de qualquer orientação sexual ou raça, serem discriminadas no momento do parto! Chega de parto violento! Pode demorar, mas a gente vai continuar lutando por um parto de qualidade. E, se a mulher quiser, haverá parto em banheira, em banqueta, ou no lugar onde ela quiser; e no SUS, sim.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Tem a palavra a Sra. Andreza Paz da Silva. (Pausa)

Tem a palavra o Sr. Izzy Jay.

O SR. IZZY JAY – Irmãos e irmãs de luta, vamos mostrar porque estamos aqui. Vamos ficar de pé, porque sentados não nos enxergam. Ergam o braço direito. Até o pessoal que está de fora, que foi barrado, que tinha o direito também de estar aqui dentro, levante o braço e diga: “Ho, Ho”. É disso que estamos falando.

Srs. Vereadores, meu nome é Izzy Jay. Sou coordenador da Casa de Cultura Cora Coralina, mas acima de tudo sou militante e artista do movimento e cultura *hip hop*. Sou pai de Erick Augusto, que foi apreendido pela polícia no dia 11 de novembro, naquela manifestação que se deu entre a Praça Roosevelt e a Av. Paulista, onde a polícia apreendeu 16 jovens, dos quais três foram comprovadamente espancados; e foram liberados 15 dos 16. O único que ficou foi meu filho. Meu filho foi torturado até ficar em estado vegetativo.

Quem é pai pode imaginar a dor que é chegar ao hospital e ver seu filho olhando para o lado sem ver nada, não sentir nada; em contrapartida, isso está em silêncio, porque o Erick Augusto pertence a esse lado, o lado do povo, que não é visto pela justiça.

Há 34 anos, luto no movimento *hip hop*. Não sou só artista, também sou militante. E nesses 34 anos, muitos jovens foram formados através do *hip hop*, porque, enquanto o Estado cruza os dedos e vira as costas para o nosso povo, essas pessoas aqui, todos, eu incluído, fazemos pelo jovem na periferia. Estamos aqui não pedindo migalhas, pedindo verbas, mas, sim, suporte, respaldo para continuarmos o trabalho que cada um faz para que tire pelo menos um jovem. Cada projeto que cada um faça aqui, se tirar um jovem da rua, já é mérito, porque o Estado mesmo não tira, o Estado joga os jovens nas ruas, enquanto essas pessoas fazem.

Senhores, olhem com carinho esses números que são insignificantes, comparados ao que se tem disponível, ao que é arrecadado.

Eu sei que depois com esta fala, irmãos e irmãs, eu coloquei a minha cabeça a prêmio – posso ser exonerado –, mas tudo bem, porque é a luta que me atrai. Eu sou do *hip hop*, eu sou do povo.

Muito obrigado.

O SR. GUARDIÃO – Com licença. Boa tarde a todos. Queria agradecer à Vereadora Juliana Cardoso, a única mulher que está nessa bancada. Lembrando que, dos 55 Vereadores que terá ano que vem, só teremos dez Vereadoras mulheres, se todas elas assumirem. Eu tenho 33 anos de *hip hop*, então tem três minutos para mim é 0,01%, que é quase os seus votos.

Vou pegar a fala de um poeta:

Cinco séculos se passaram de um coma induzido

o sistema está falido, o seu voto está comprometido.

Nem me importa quem é seu inimigo,

quero ver meu presidente na Ceilândia ir morar,

precisando de um SUS e não um particular

Quero ver o meu deputado morando no Alemão,

enfrentando o desconforto de ir para o trabalho de ônibus

Agora eu quero ver os meus vereadores morando na favela do Canção, do Heliópolis, ou então lá do Capão

Matriculando a sua filha numa escola do estado, de periferia, para saber se não vai ter reclamação

E traz o senador para ser o meu vizinho

Sem motorista, assessor, sem segurança, e, sozinho, viver a vida como vive a nossa gente, com salário, benefício de gente carente.

Entendeu agora ou quer que eu desenhe? Porque aqui muitos de vocês não estudaram para ser político, tornando-se uma ameaça ao sistema.

Essa música tem 30 anos, não é nova. Já derrubamos dois presidentes, e vamos derrubar o terceiro.

A gente não está pedindo muita coisa, não; na verdade, não estamos pedindo, só vimos reivindicar a parte de fazer cultura.

Uma cidade onde querem colocar mais polícia na periferia é uma cidade genocida. Em vez de vocês fazerem isso, por que não investem na cultura, para podermos levar para a população tranquilidade, paz, amor, união.

Desliguem os seus rádios, televisão, não vão ao cinema, não vão ao teatro, não peguei músicas nossas para colocar no aniversário de vocês, e muito menos dancem, porque tudo isso é cultura, tudo isso é arte, tudo isso é dança. Eu quero ver se vocês conseguem passar um final de semana sem esse tipo de entretenimento na vida de vocês.

Por favor, Srs. Vereadores, façam o trabalho de vocês, ajudando, colaborando, executando. E os 3% que pedimos não é muita coisa, porque 1/7 do dinheiro arrecadado de todo o orçamento de São Paulo foi para as Olimpíadas, foi para vocês conseguirem uma, ou o Governo todo, três medalhas de ouro. Do ano passado para cá, com o pouco dinheiro que vocês conseguem enfiar dentro da cultura, nós trouxemos 16 medalhas de ouro dentro das categorias de *hip hop*.

É isso aí. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Obrigado.

Tem a palavra a Sra. Maria de Fátima, do Cento Comunitário de Santo Acrácio. (Pausa) Tem a palavra a Sra. Andrea Santana. (Pausa) Tem a palavra o Sr. Antonio Francisco da Silva Júnior. (Palmas)

O SR. ANTONIO FRANCISCO DA SILVA JÚNIOR – Boa tarde. Meu nome é Antonio Francisco da Silva Júnior, falo pelo PIÁ – Programa de Iniciação Artística, da Secretaria Municipal de Cultura. O Programa de Iniciação Artística é um programa da Secretaria de Cultura, em parceria orçamentária com a Secretaria Municipal da Educação, oferecido gratuitamente a crianças e adolescentes de cinco a 14 anos.

É o único programa da Secretaria de Cultura voltado para esse público, cumprindo a Lei Federal 13.257/2016, que em seu artigo 15 diz: “As políticas públicas criarão condições e meios para que desde a primeira infância a criança tenha acesso à produção cultural e seja reconhecida como produtora de cultura”. O artigo 17 continua: “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, deverão organizar e simular a criação de espaços lúdicos que propiciem o bem-estar, o brincar, o exercício da criatividade em locais públicos e privados, onde haja circulação de criança”.

O Programa de Iniciação Artística é mais um espaço para a circulação de crianças. Esse programa foi inspirado na EMIA, aqui presente, Escola Municipal de Iniciação Artística, que existe há 36 anos; o PIÁ há oito anos, atuando de forma descentralizada, principalmente nas regiões da periferia, em 32 equipamentos como CEUs, bibliotecas, centros culturais, teatro, casa de cultura e duas escolas municipais.

A sua abordagem artístico-pedagógica relaciona processos culturais da infância, por meio da convivência entre artistas, educadores, crianças e adolescentes. Um dos objetivos do programa, dentre outros, é valorizar as formas próprias da infância e adolescência em seus

processos de criação e expressão; promover a sociabilidade e a integração da criança, do adolescente e da família, comunidade na escola e nos espaços públicos.

Neste ano, o programa fez uma pesquisa com as famílias das crianças participantes, relatando o impacto que 68% das famílias assinalaram que as crianças tornaram-se mais criativas; 65%, mais alegres; 60%, as crianças brincam mais, e 36,72% assinalaram uma melhoria no desempenho escolar das crianças, mesmo não tendo o programa o objetivo do reforço na grade escolar. Diante disso, podemos afirmar que o programa garante aos seus participantes o exercício da infância.

Vimos pedir, por meio desta carta, a sensibilização para que o programa continue no seu aspecto artístico cultural no campo social e educacional, também pedimos a sua garantia orçamentária e o início do PIÁ junto com o calendário escolar.

Peço o apoio ao jovem monitor cultural, que é um grande...

- Gravação interrompida.

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Tem a palavra o Sr. Carlos de Oliveira Copermúsica. (Pausa) Os próximos que serão chamados são Rubens Marcelino, Maria Gusmão, Ricardo Belina, José Daniel Monteiro Moreira, Nelci César Porto e João Godoi.

O SR. CARLOS DE OLIVEIRA – Boa noite a todos. Presidente, a fala vai só para a Mesa, mesmo. Eu peguei a demanda da cultura. Moro na Vila Fundão há 47 anos, quando começaram as festas lá, não havia evento de cultura, a gente fazia quermesse, e fazíamos durante quatro finais de semana. E aqui na Casa, esse PL sobre o projeto das ruas abertas - já fui em vários deles, eles não têm água, não têm banheiro para as crianças. Eu, como conselheiro de Meio Ambiente, gostaria de informar, ou pedir, para que houvesse uma parceria, para que essa Secretaria falasse com a Secretaria do Verde, para que esses eventos acontecessem dentro das áreas dos parques. O Parque Santo Dias ficou durante nove meses abandonado. Então, já que existe um PL aqui, temos de levar essa cultura para dentro dos

parques, porque é lá que estão as famílias, e que esses eventos acontecessem durante o horário do dia, onde as famílias possam participar.

Em relação aos eventos da Secretaria de Cultura, gostaria de saber se alguém, nessa Mesa, ou se alguém saberia quem vai fazer o evento da Semana da Consciência Negra este ano. Porque temos dois projetos na Secretaria e até hoje não conseguimos receber respostas, desde abril. E nós fizemos esses eventos desde 2009. Como o nosso instituto iniciou isso junto com o Catraca Livre em 2009, gostaríamos de saber se esse evento da Consciência Negra, no dia 19 ou 20, será feito, pelo menos, pela Secretaria de Cultura. É uma pena que o Nabil saiu, porque enquanto ele estava lá, eu falei com ele. E ele colocou a gente para falar com o Maurício Dantas, durante quatro meses não conseguimos falar com ele. Então temos uma dificuldade enorme.

Então, quando eu vejo o pessoal da Cultura hoje aqui fazendo toda essa demanda, nós que estamos no Instituto, que trabalhamos com literatura também, gostaríamos de, como instituto, e como conselheiro de Meio Ambiente, que as áreas do verde, as áreas dos parques fossem melhor utilizadas, para poder usar a verba, hoje, que já existe em vários departamentos. E dentro da Secretaria do Verde, como disse nosso amigo da Cultura, se existe esse projeto junto com a Educação, vamos usar essa verba para lá, para essas crianças, para a gente conseguir agregar isso pelo menos dentro das áreas dos parques, onde os pais possam ver que essa verba está sendo realmente bem utilizada.

Boa noite a todos.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Com a palavra o Sr. Rubens Marcelino.

O SR. RUBENS MARCELINO – Boa noite a todas as lideranças, entidades setoriais, cultura, cidadania, idosos, crianças, adolescentes, portadores de necessidades especiais, meio ambiente, educação, saúde, transporte. Tenho aqui a queixa, a reclamação e a crítica dos órgãos públicos, junto com o Poder Executivo, Secretaria do Governo Municipal,

Secretaria das Finanças, as duras críticas referentes ao Fundo Municipal de Habitação, que está parado, desde fevereiro de 2016. Ficando com a falta de receita aos recém-nascidos, crianças, adolescentes, jovens, idosos, portadores especiais, portadores de deficiências. A entidade, a associação comunitária, a frente comunitária, enviou vários ofícios à Cohab, à Sehab, à Secretaria de Governo e à Prefeitura do Município de São Paulo, porque não consegue receber respostas junto ao Poder Executivo Municipal. Gostaria de saber quem está aqui? Está o Tribunal de Contas do Município de São Paulo, tem alguém aqui? Da Secretaria das Finanças, tem alguém? Pois é! Nós mandamos ofício, desde o dia 6 de fevereiro de 2006, não conseguimos receber respostas. Mandamos em maio, nada. Mandamos em agosto, nada. Mandamos em setembro, nada! Quantos foram para o Poder Executivo, a Prefeitura do Município de São Paulo, a Secretaria...

- Gravação prejudicada.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Tem a palavra a Sra. Maria Gusmão.

O próximo é Ricardo de Lima.

A SRA. MARIA GUSMÃO – Ei, companheiras, boa noite, aqui, esta Mesa, nobres Vereadores, Comissão, Plenário, sou Maria Gusmão, Diretora da Secretaria de Finanças do Sitraemfa, sindicato que representa todos os trabalhadores da rede conveniada, no âmbito da Educação e no âmbito da Assistência Social.

Estou aqui com uma hérnia umbilical, mas não me retirei desde a hora que me inscrevi, e a primeira fala que eu tenho a dizer aqui agora é de indignação, quando eu vi um companheiro aqui apresentar um orçamento da Assistência Social diminuído em 27%, que todo ano a gente luta, que é o menor orçamento que tem. Espero que a gente recomponha esse orçamento, e o que eu vejo hoje foi que ele será reduzido. Tem o Conselho da Assistência Social, que fez uma resolução que também não é respeitada. Nenhum governo tem respeitado, nem esta Câmara tem respeitado, nem esta Casa. Nós somos o patinho feio desta cidade, quando deveríamos ter um olhar de trabalhar, porque nós trabalhamos com pessoas

vulneráveis, o que é de responsabilidade do Poder Público, que acaba jogando nas costas dos trabalhadores das ONGs, a maioria sérias, porque fazem um trabalho de cidadão, estão lá na ponta, ajudam o Poder Público a trabalhar, mas no final isso é jogado nas nossas costas, para trabalhar em condições desumanas.

Trabalhamos na Educação e temos direitos assegurados dentro do Plano da Educação, isonomia, direitos iguais, carga horária igual e salário igual, mas trabalhamos oito horas ou mais. Sabe o que acontece na Ação hoje? Faça-se um convênio atendendo a 25 crianças numa sala, e não temos nem um ou dois a mais. Tem que cumprir aquela quantidade para cumprir o convênio, senão não recebem. E aí, quando falta uma trabalhadora, sabem o que é feito nessa CEI? - porque vocês têm filhos também. Corta-se e distribuem para as outras companheiras que já estão com 25! É isso o que é feito.

Então, o que venho aqui colocar hoje? Cada Vereador nesta Casa - porque eu também sou de uma ONG - tem seus *lobbies* na periferia, na comunidade, com as suas ONGs, então ouve esse clamor todo dia. Então vamos rever essa questão. E quando hoje eu vejo aqui dizendo: “Gente, houve um compromisso”...

Secretário de Finanças, eu posso completar?

- Tumulto no plenário.

A SRA. MARIA - Secretário de Finanças, esses sindicatos são todos Prefeito Haddad...

- Gravação interrompida. Transcrição prejudicada.

A SRA. MARIA - Saiu uma portaria e, aí, companheiro Natanael, não sei se virá. Vai estar na conta de vocês. No Legislativo...

- Gravação interrompida. Transcrição prejudicada.

A SRA. MARIA - É direito nosso, e vamos buscá-lo. A não ser que vocês fiquem com a responsabilidade de mais de mil organizações, mais de 958 convênios e quase 50 mil trabalhadores, porque nós vamos buscar o nosso direito.

- Manifestações no plenário.

A SRA. MARIA - Então, eu peço a atenção de vocês: tenham esse olhar para a gente. Chega de ficarmos com a bandeja na mão, com o pires na mão. Vamos lutar para a nossa jornada de seis horas. Isso tem de vir no Orçamento. Não adianta, porque tem de complementar mais trabalhadores e tem de vir o dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Dona Maria, conclua, por favor.

A SRA. MARIA – Essa questão da complexidade alta...

- Gravação interrompida. Transcrição prejudicada.

- Tumulto no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Próximo orador, Ricardo de Lima.

O SR. RICARDO DE LIMA – Boa tarde a todos e a todas. Meu nome é Ricardo de Lima. Sou Conselheiro Municipal de Assistência Social, Coordenador da Comissão de Finanças e Orçamento, onde discutimos amplamente a necessidade do orçamento da Assistência Social. E o parâmetro dado pela Secretaria de Finanças chega à beira do ridículo, porque não atende a necessidade básica de manutenção dos serviços existentes. Isso porque a Resolução nº 1117, do Conselho Municipal de Assistência Social, não disciplina nenhum ganho de serviço novo no setor. Entendemos, diante da crise, que era impossível - chegava a ser utópico - pedir a expansão, pedir que se chegasse ao que o Governo se comprometeu no Plano de Metas, porque faltariam 250 milhões de reais, como bem colocou o companheiro Natanael.

Então, para que caminhássemos dentro da lucidez, apresentamos a proposta, aprovamos uma proposta, que apresenta uma diferença de 113 milhões.

Só que vir até aqui e defender a Assistência Social, todos os anos, chega a ser um peso. Chega a ser um peso, porque as pessoas que estão na Assistência Social... Ampliar a Assistência Social é vir aqui e dizer para os representantes do Estado: “Vocês não estão cumprindo o...”

- Gravação interrompida. Transcrição prejudicada.

O SR. RICARDO DE LIMA – E não ampliar.

O Estado falha na Educação, o que rebate na...

- Gravação interrompida. Transcrição prejudicada.

O SR. RICARDO DE LIMA – Vocês não estão cumprindo os seus papéis.

E, além de o Estado não cumprir o seu papel, ele ainda submete a sociedade a vir até aqui e passar o pires, que é quase uma esmola; vir aqui e debater com a Cidade inteira, disputar um espaço e não discutir toda a política com a profundidade necessária.

Então, temos de ter as nossas audiências temáticas, como todos os anos. A Cidade precisa de...

- Gravação interrompida. Transcrição prejudicada.

O SR. RICARDO DE LIMA – Todas essas pessoas foram as que mais pediram.

Então, vamos ficar assim? Vamos cumprir o Regimento e está tudo lindo e maravilhoso? Passarei a cópia da resolução para o Relator do Orçamento, porque pesa a responsabilidade sobre esta Casa: a continuidade das questões, do atendimento aos reflexos da questão social.

Fora isso, precisamos de 1.012 vagas para a população em situação de rua. Isso ficou demonstrado durante o período de baixa...

- Falha na gravação.

Nas ruas, qual é a posição do Executivo? O Legislativo não fará nada?

Então no ano que vem chega o frio novamente. Será que teremos só as mortes que tivemos ou teremos muito mais. E se houver mais mortes em relação à população de rua esse peso é de quem se omitiu em fazer o seu papel do Estado e legislar e fiscalizar o Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Tem a palavra o Sr. José Daniel Monteiro Moreira.

O SR. JOSÉ DANIEL MONTEIRO MOREIRA – Boa noite a todos, aos cidadãos que se encontram aqui na luta para que se garanta um orçamento realmente participativo e que atenda às demandas sociais. Boa noite à Mesa que dirige os trabalhos desta tarde e desta noite.

Sou Daniel, Diretor de Representação de Empregados da São Paulo Turismo. A São Paulo Turismo é mais conhecida como o Anhembi. É uma empresa pública, um patrimônio público da cidade de São Paulo. Um patrimônio que existe há 45 anos. Suas atividades atuam na área de locação de espaços para grandes feiras que geram muita riqueza para São Paulo, porque feiras grandes nacionais ou internacionais que venham para a cidade de São Paulo movimentam a economia, enchem os hotéis, movimentam a cultura, trazem turistas. Então tem esse papel da locação dos seus espaços.

Segundo ramo de atividade são os eventos da periferia, do Centro. Quem coloca os eventos na rua é o Anhembi. Em 2013, 846 eventos da cidade foram organizados pelo Anhembi; 2014, 1.384 eventos; 2015, 1.817 eventos realizados, Virada Cultural, Reveillon, o palco da periferia da comunidade, da associação em que o som é colocado pela Prefeitura. Nós é que mantemos, promovemos e fazemos a estrutura para que os eventos da Cidade se concretizem.

Diga-se de passagem, o dinheiro que é gerado do lucro da locação dos nossos espaços acaba subsidiando esses diversos eventos, porque se for por os números corretos a remuneração que o Anhembi ganha para produzir todos esses eventos das Secretarias, as mais diversas, Saúde, Educação, Igualdade Racial, etc., saímos no prejuízo.

Então, quer dizer, quando vemos a locação do Anhembi, o que está pagando a conta de boa parte desses eventos é a locação do pavilhão. Então tira dos grandes para subsidiar as diversas necessidades da Cidade. Infelizmente historicamente tem tido esse papel.

Além desses dois eixos, locação e eventos da cidade de São Paulo, há o terceiro eixo: o turismo. A quarta maior Cidade do mundo ainda tem de desenvolver muito mais a área de turismo, para que tenhamos o acolhimento às pessoas que queiram vir à Cidade.

O que dizemos aqui é o seguinte: dobraram o Anhembi de joelhos. O que querem fazer...

- Falha na gravação. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Sr. Sílvio César Porto.

O SR. SÍLVIO CÉSAR PORTO - Sou conhecido como César, meu segundo nome. Sou Diretor representante dos empregados da empresa Cohab São Paulo. Estou junto com o Fórum de Representação dos Empregados das sete empresas do Município: Cohab São Paulo, SP Turismo, SP Obras, SPTrans, SP Urbanismo, Prodam e CET.

Esse Fórum já vem conversando com os Vereadores, já conversou provavelmente com 25 Vereadores e vai continuar fazendo seus agendamentos para falar com todos eles.

O que seria legítimo para a Cohab São Paulo? Seria aumentar as verbas para investimento em habitação.

A Cohab possui um excelente corpo técnico que tem sido subaproveitado, porque o Município não tem investido adequadamente em produção habitacional. A Cohab São Paulo, e principalmente o FMH - Fundo Municipal de Habitação, precisa cumprir o seu papel junto à sociedade. A Cohab São Paulo tem uma capacidade produtiva que, se tivesse meios de produção, além de reduzir o déficit habitacional, em pouco tempo ela deixaria de ser dependente.

O mais gritante desvirtuamento do papel da Cohab ocorre recentemente com o Município dando à Siurb a incumbência de produzir habitação com recursos das operações urbanas.

Outro fato gritante se deu com o decreto que deu à SPDA a titularidade de...
(ininteligível)

- Falha na gravação.

O SR. SÍLVIO CÉSAR PORTO - A Cohab, enquanto empresa, e, por consequência, seus empregados estão sendo prejudicados, onde só deixam e deixaram à Cohab o papel de coadjuvante no investimento que é sua *expertise*.

Concordo e defendo a realização das audiências temáticas para o Orçamento.

- Manifestações na galeria.

O SR. SÍLVIO CÉSAR PORTO - Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – João Godoy.

O SR. JOÃO GODOY - Boa noite a todos

Sou funcionário público e, como vários que já apresentaram aqui, funcionário público é que meio que invisível, não é? Mas observei uma coisa em todas as falas aqui. Está sendo gravado, mas pergunto assim: tudo o que foi pontuado aqui vai ser anotado, vai ser visto? Essa é a dúvida, eu estava sentado ali e observando. Se a gente vem aqui e só fala, fala, fala e nada disso é pontuado, é revisto, fica uma fala meio que vazia.

Sou funcionário público também do Anhembi. A gestão que está se encerrando tentou aí uma concessão do Parque Anhembi. Não houve êxito, enfim, último ano de gestão, acabou não indo para frente.

A gestão que vai se iniciar fala em privatização. Agora, vejam bem, senhores, o Anhembi está tendo 60 milhões de reais em investimento de dinheiro do PAC. Como que fica isso? Você pega o equipamento público, pega dinheiro do povo, injeta lá 60 milhões e, depois, põe para vender? Que bom, hem?! Não é? Então é essa a indagação principal que trago aqui.

A outra coisa que tenho para falar é a respeito do Prefeito eleito João Dória. Ele, quando fala... Não sei se deve assistir a esta fala aqui, a toda essa plenária. Quando ele fala da privatização do Anhembi, aos funcionários que estão lá - que hoje são em torno de 500 -, causa um mal-estar danado, porque as pessoas ali são simplesmente trabalhadores, estão ali cumprindo suas funções, e com muita competência.

O Anhembi tem aí já 45 anos de história por toda a cidade de São Paulo. Essa fala de privatizar o Anhembi de forma categórica, sem abrir uma possibilidade de conversa com as pessoas, causa um mal-estar tremendo. Porque ali há trabalhadores e trabalhadoras, pais de família que não têm nenhum apadrinhado. A maioria ali, principalmente o baixo clero, não tem nenhuma amarração com nenhum Vereador, com nenhum Deputado; simplesmente entrou por concurso ou está há muitos anos. Então, Dória, peço gentilmente que, toda vez que tocar no nome do Anhembi, pense bem, porque ali há pessoas que dedicaram a vida inteira à empresa e à cidade de São Paulo e merecem um tratamento mais adequado.

Fica esse registro para os Vereadores sobre os investimentos públicos que estão havendo lá dentro. São 60 milhões de reais de dinheiro do PAC que estão sendo investidos lá. Tentou-se a concessão, e não deu certo. O futuro prefeito fala em privatização. Então, é algo muito complicado investir dinheiro público em um equipamento público e depois simplesmente se colocar esse equipamento à venda. Finalizo minha fala com essa ponderação. Muito obrigado a todos e boa tarde. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Maria Aparecida Ribeiro Costa, Vilma Lúcia de Oliveira, Daniel Aimoré, Ivan Ferreira e Andrew Santana.

(NÃO IDENTIFICADO) – “Minha boca saliva porque eu tenho fome”. Nós temos fome ...(Falha na gravação)... Fórum Social São Paulo quer dizer para todos os irmãos e irmãs da cultura (Falha na gravação)

- Falha na gravação.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Obrigado. Tem a palavra a Sra. Maria Aparecida Ribeiro Costa. (Pausa) Próxima, Vilma Lucia de Oliveira Warner.

A SRA. VILMA LUCIA DE OLIVEIRA WARNER – Boa tarde a todos. Sou Conselheira Regional da Zona Oeste Lapa – Pinheiros, e também Conselheira do Pronto-Socorro da Lapa. Hoje venho me juntar às muitas outras falas que já ouvi aqui sobre a cultura e os direitos da periferia.

A minha preocupação é com a área da saúde, especialmente com o Pronto-Socorro da Lapa, conhecido como João Cantarin, localizado na Rua Queiroz Filho, nº 313. Esse hospital é um pequeno detalhe, visto o tamanho desta Cidade e o sucateamento de todo o serviço público municipal, estadual e federal. Acontece que o Pronto-Socorro da Lapa está numa situação extrema, pois recebe toda a demanda da violência que essa população sofre nas noites de cultura, nas noites de diversão, e pela violência policial.

Quero convidar todos da bancada, os demais Vereadores, a conhecer a realidade daquele pronto-socorro. Nesses dias, a chuva alagou toda a parte interna do pronto-socorro, os funcionários não tinham como transitar e tinham que se proteger do alagamento, da invasão da água, porque chove a céu aberto dentro daquele pronto-socorro.

O Pronto-Socorro da Lapa tem dado suporte a toda a população que passa por seus sofrimentos imediatos e chegam naquele Pronto Socorro.

Em 19 de janeiro de 2017, aquele Pronto Socorro da Lapa completará 50 anos, prestando serviços à cidade e à população de São Paulo.

Portanto, senhores, peço que incluam no orçamento de 2017, investimento naquele serviço, naquela unidade pública, porque é inadmissível que não tenham condições para atender as pessoas; os trabalhadores também não têm condições de trabalho; não há segurança para as pessoas que circulam por aquele entorno.

Vim aqui para trazer o apelo do Conselho da região, no sentido de convidar os senhores para visitarem, para estarem lá no dia 19 de janeiro, quando completará 50 anos, a fim de que presenciem a realidade daquela unidade, sem falar da história das unidades públicas de saúde da cidade de São Paulo.

Vim trazer o meu protesto e o meu apelo. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Ivan Ferreira.

O SR. IVAN FERREIRA – Celebrai, celebrai.

Boa noite a todas e todos.

Vou pedir um minuto da atenção de todos. Quem quiser pode ficar de pé. Eu gostaria que todos me escutassem, olhando na bolinha do olho, e quem quiser, pode dançar.

- Orador executa música que conta a história do Fórum do Reggae.

- Áudio incompatível. Transcrição prejudicada.

- Palmas.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Por favor, Santana, da Cia. Treme Terra.

O SR. SANTANA – Queridas, sou Andro Santana e não, André. Sou do Fórum de Artes Negras e Periféricas e da Cia. Treme Terra.

Vim para reivindicar sobre a questão da democratização, popularização, do acesso às políticas públicas e estou aqui para afirmar a presença dos 3% para a cultura e a metade para a população periférica, que é o super mínimo, pois a população periférica é muito maior do que essa metade que estamos requisitando.

Primeiro, eu queria colocar que vocês percebessem um evento que aconteceu aqui há pouco que foi com um cara branco e loiro, que passou o tempo e deu um show. Ele conseguiu falar sem ser interrompido por ninguém, por mais uns dois minutos mais ou menos.

Acho interessante a gente começar a rever a questão dos privilégios, os vários privilégios sociais. (Palmas)

Então, quando o povo, a população não hegemônica está falando, acho muito interessante que vocês prestem atenção, porque a gente tem coisas para falar, e elas precisam ser ouvidas.

Gostaria, inclusive, de questionar a questão colocada sobre o Theatro Municipal, porque a favela não está a fim, necessariamente, de que uma pessoa do canto vá para lá para cantar para a gente. A gente tem os nossos músicos, os nossos percussionistas. (Palmas)

É também tranquilo que o Theatro Municipal vá para lá, legal, mas tem cultura sendo produzida lá, e não precisamos de ninguém para nos falar o que é fazer ou não cultura. (Palmas)

Só para deixar um pouco explícito: acho interessante a gente pensar o quanto esse Cristo aqui em cima já fala muito do quanto os nossos pensamentos, ou melhor: os seus pensamentos vão sendo direcionados para um lugar bem hegemônico. Não contempla os nossos pensamentos, não contempla toda uma sociedade. Isso daqui é um pensamento hegemônico, classista e racista, homofóbico, LGTB fóbico. Está certo? (Palmas)

É isso, queridas.

Prestem mais atenção no nome das pessoas. O nome é muito importante, porque nosso nome foi negado várias vezes. Várias pessoas escreveram livro sobre a gente e não falaram o nosso nome.

O meu nome é Andro Santana, e eu gostaria de ser chamado por ele.

Beijinhos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Eu peço desculpas, Andro Santana. (Palmas)

Com vocês, Juliana Cardoso.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Afinal de contas, vivemos num Estado laico, não é verdade?

Bom, eu queria iniciar a minha fala: primeiro, dizer para os companheiros que não sou desta Comissão, mas, numa audiência pública, a gente pode participar, não consegui estar no início, porque faço parte da Direção Nacional do meu Partido, que é o Partido dos Trabalhadores, e, hoje e amanhã, o Partido está reunido para fazer uma discussão interna.

Mas, não pude deixar de vir, até para dizer... não, eu tenho a mesma idade do Partido dos Trabalhadores e, com certeza, vou viver e morrer no Partido dos Trabalhadores – e tenho muito orgulho dele.

Eu gostaria de iniciar a minha fala dizendo um total repúdio, nobres Vereadores que aqui estão, no sentido da audiência pública. Pra mim não tem cabimento a gente não fazer audiências públicas temáticas. Não tem cabimento permitir, por conta de Governo de transição, acabar somente com duas audiências públicas. Somos Vereadores da cidade de São Paulo há mais de quatro anos, sabemos do Orçamento da Cidade, sabemos também de todos os problemas que há nesta cidade.

Então pediria à Comissão, ao Sr. Presidente Jonas Camisa Nova, ao Bispo Atílio, relator do Orçamento, que houvesse uma revisão, porque aqui está uma parte da sociedade reivindicando seus direitos. Mas não viram, por exemplo, a questão da habitação, e é um absurdo reduzir o orçamento desse setor. Está faltando neste plenário o movimento de moradia. Está faltando neste plenário toda base da assistência social, e pra eles foi colocado menos 26% no orçamento. Está faltando neste plenário a discussão sobre o salário dos funcionários públicos. Dentre outras tantas coisas, não podemos admitir que assim também aconteça com o setor da cultura pra periferia.

Quero dizer aos nobres Vereadores, meus colegas de tribuna, que nós precisamos falar de uma questão que eu detectei no Orçamento quanto ao Conselho Tutelar referente à valorização da estrutura de trabalho. Quanto à cultura, já foi falado, mas é preciso citar os territórios periféricos, a supervisão da cultura, a cultura e fomento. Em especial gostaria que olhássemos pra isso porque é a cultura que faz a transformação social. Através da cultura

vamos conseguir - claro que gostaríamos que a velocidade fosse maior – combater, por exemplo, a questão da execução de cinco jovens e tantos outros que foram mortos na periferia de São Paulo. Gostaria que tivéssemos vários centros de cultura na periferia, com teatro, *hip hop*, circo, pontos de cultura e fomento, dentre tantos outros aspectos. (Palmas)

Não posso deixar de falar da saúde, Sr. Presidente e Sr. Relator. A nossa saúde ainda está muito aquém. Precisamos visualizar, por exemplo, o que foi colocado aqui sobre a nomeação das obstetrizes, tem de constar sim do Orçamento. E não só as 22 agora nomeadas, mas que haja mais concursos públicos e que haja mais humanização no atendimento à saúde.

Diante disso, companheiros, companheiras, nobres Vereadores, Vereadoras, quero dizer que nesse Orçamento é preciso que haja revisão das questões temáticas. É inadmissível que não haja essa revisão. Falo, de verdade, Secretário Ceron: dentro desse Orçamento a diminuição de serviços que são essenciais, machuca. Machuca e eu tenho certeza que a bancada do Partido dos Trabalhadores vai combater esse Orçamento e vai reivindicar, porque não queremos nenhum direito a menos.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Passo a palavra ao Sr. Rogério Ceron.

O SR. ROGÉRIO CERON – Obrigado, Presidente.

Eu ouvi todos os pleitos, como me comprometi no início, vou fazer o registro e a discussão com a equipe de transição e, é claro, também com a Comissão do Orçamento, que é responsável por colher os pleitos e consolidar uma proposta orçamentária final.

Vou passar rapidamente àquilo que consegui resumir dos pleitos e, caso tenha me equivocado, depois, por favor, alguém me corrija.

Temas que envolvem pleitos relativos ao Orçamento efetivamente: uma primeira discussão sobre a valorização da política do idoso; um questionamento sobre o Fundo do

Idoso. Aqui só uma consideração. Nesta peça orçamentária está sendo criado o Fundo do Idoso, um fundo que permite doações de empresas e com isso elas podem abater do imposto de renda. Com isso a gente espera que tenha de fato recursos, para começar a ter um pouco mais de fôlego para atender a população idosa, que realmente merece.

Em relação à cultura, são dois pleitos paralelos: um envolve a expansão global do orçamento, ou seja, garantir 3% do orçamento para as políticas relacionadas à cultura e depois, numa segunda discussão, a distribuição desse montante. E um pleito bastante recorrente é a destinação de 50% do orçamento da Cultura para as políticas de fomento à periferia, dentre elas as políticas relacionadas ao *funk*, *hip hop*, dança, jovens monitores, circo, valorização da EMIA e da política atrelada a ela, valorização das casas de cultura, garantia dos recursos necessários para o funcionamento adequado desses equipamentos, política de fomento ao *reggae* em geral, política relacionada à população negra e periférica como um todo.

É claro que para cada uma dessas há pleitos diferentes, mas é uma discussão bem setorizada que realmente precisa ser feita, e vou levar todas as demandas. Essa discussão também será feita com a Comissão de Finanças, pois a expansão do orçamento da Cultura envolve remanejamento de recursos, por isso tem de ser feita essa discussão.

Outra demanda apresentada é relativa aos conselhos tutelares, primeiro relacionado às condições dos conselhos em si; segundo, sobre a defasagem salarial dos conselheiros tutelares. Só para citar, este ano há uma execução total da ordem de R\$ 20 milhões dos conselhos tutelares; para 2017 estão previstos R\$ 27 milhões, ou seja, uma expansão de quase 15%. Imagino que seja insuficiente, mas não há especificamente essa discussão salarial, pois envolve a Secretaria de Gestão e sinceramente não conheço detalhes dela nem como está o andamento dessa demanda, mas me comprometo a levar isso para dentro da Casa.

Outro pleito mencionado por diversas pessoas está relacionado aos servidores admitidos. É uma discussão bem antiga na Prefeitura e envolve desde questões de

equiparação salarial até a garantia de uma rubrica orçamentária específica. Ainda relativo a pessoal, na área da educação há um pedido, uma manifestação de cumprimento dos acordos salariais já debatidos e aprovados pela Casa. Pelo que tenho acompanhado da equipe de transição, até pelas manifestações públicas, parece que já existe o compromisso de cumprir essas reivindicações, inclusive o que foi acordado pela Casa.

Ainda relacionado à Cultura, tenho que citar, porque alguns dos cidadãos que se manifestaram pediram a valorização da Fundação Theatro, embora haja uma evidente contraposição da maior parte dos representantes do movimento da periferia, que entendem que uma das formas de migração de recurso da Cultura seria a não valorização do Theatro Municipal e o fomento à periferia. Diante disso, tenho que levar essas duas questões, para ser justo com todas as pessoas que reivindicaram.

Na Assistência Social, há também alguns pleitos, alguns comentários sobre a redução de 25% no orçamento. Só para ficar claro, para a Assistência Social há uma expansão do orçamento do ano que vem de cerca de R\$ 160 milhões. Estou longe de querer afirmar que esse valor é suficiente ou insuficiente, mas só para justificar o debate, para explicar o número e o debate sobre ampliação ou não dos valores para a Assistência Social, que envolve toda essa discussão de como direcionar recursos – mais recursos para a Cultura, mais recursos para a Assistência Social, e de qual área se retira. Essa discussão vai ser levada, e esse pleito da Assistência Social, pelos representantes do Comas, será levado internamente, a discussão com a Comissão do Orçamento, mas também com a equipe de transição.

Em relação aos concursos, pleitos relacionados ao concurso da Amlurb, com relação ao das assistentes sociais e também ao da carreira de obstetrícia, vale mencionar que na despesa de pessoal alocada há um montante que reservamos para nomeações. Quais nomeações serão, em que proporção para cada carreira os concursos foram realizados é uma discussão que vai ser feita com a equipe de transição, até porque no ano que vem haverá um novo governo, e eles vão direcionar qual vai ser a prioridade. Tem um concurso que tem

validade por dois anos – a maior parte deles tem validade por dois anos –, então tem um montante reservado para nomeações. Quais carreiras serão contempladas, as que têm concurso em vigência, e qual quantidade, (ininteligível) equipe de transição e, assim que for possível, numa próxima audiência, se já tiver uma sinalização da equipe de transição, não teria problema nenhum de mencionar aos senhores.

Ainda relacionado à Saúde, houve um apontamento, um pleito, bem específico sobre o Pronto-Socorro da Lapa devido às condições, a um alagamento recente. E aí o pleito claro de encontrar recurso para garantir essa recuperação. Isso vai ser levado também.

Referente à Habitação, considerações sobre o Fundo Municipal de Habitação, da insuficiência de recursos, do não atendimento da política; e também algumas questões citadas em relação ao FMH, os ofícios, realmente não tive conhecimento deles. Recebi aqui o papel e vou tentar identificar quais são os ofícios, do que se tratava e como tratar a questão.

E também um apontamento sobre a Cohab, e aí eu já faço uma ponte com outro comentário sobre a SPTuris, porque aí eu falo sobre as empresas como um todo. Essas discussões sobre as empresas têm que passar por um debate com a equipe de transição, mas quem já me acompanha nessas audiências sabe o quanto eu respeito e sou muito transparente e verdadeiro no que vou falar, ainda que seja uma resposta que não agrade.

O Governo eleito para os próximos quatro anos foi muito claro durante a campanha sobre o qual entendimento que havia sobre algumas empresas e equipamentos municipais. Então eu entendo, mas essa é uma discussão que tem que ser feita com a equipe de transição, porque me parece que há já uma política formatada para a área de turismo, para os equipamentos, para as empresas. Então é importante a mobilização, claro, entendo, mas ela tem que ser feita com a equipe de transição, porque no ano que vem me parece que haverá movimentos relacionados à SPTuris.

Entidades conveniadas: aqui um registro tanto da Assistência Social quanto da Educação. Pelo que eu entendi, bem específico, há um pleito pela garantia do cumprimento

dos 6%, que ficaram aí como compromisso. Então faremos esse diálogo com a equipe de transição.

Relativamente ao meio ambiente, questionamentos sobre se haverá manutenção da política relacionado às ciclovias. De novo, é uma questão que envolve um debate com a equipe de transição, mas na Peça Orçamentária há uma previsão de, salvo engano, 15 milhões de reais. Então, por enquanto, há previsão de continuidade das ciclovias.

Também houve um relato sobre a questão do Parque Augusta, sobre a instalação do Parque. Durante os últimos anos foram feitas muitas discussões sobre o Parque Augusta. Realmente ainda não temos nenhuma sinalização por parte da equipe de transição de como vai ficar isso, mas está registrado também e vamos levar isso para discussão.

O que eu tentei resumir, os principais pleitos eram esses. A gente gravou...

NÃO IDENTIFICADO – Tem ajuste. Rogério, você perguntou se tem ajuste? Tem ajuste numa questão. Se eu puder me colocar.

O SR. ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA - Só para fechar o comentário. Eu tentei resumir aqui todas as questões. Nós gravamos, temos a anotação completa, aí as falhas, se ocorreram, de alguma coisa que passou, que não foi muito específica na minha fala, por favor, fiquem à vontade para me corrigir, agora ou depois, sem problema algum.

A ideia, de fato, é, de uma forma bem transparente e honesta, levar essas demandas para dentro para poder fazer a discussão, que é absolutamente legítima.

Agradeço, mais uma vez, a oportunidade de estar aqui. Sou um servidor de carreira da Prefeitura, tentei da melhor forma conduzir a Secretaria de Finanças e vamos entregar a Secretaria dentro de um contexto econômico muito complicado, mas ainda assim equilibrado, permitindo que um novo Governo assuma de forma bem equilibrada e possa fazer as suas políticas. Foi eleito para isso e tem que ter as condições, é justo que não entre com passivos. Que possa executar as suas políticas que entender adequadas, pois foi eleito para isso. Isso a gente garante, o compromisso existe.

Mais uma vez, agradeço muito. Tentei aqui prestar atenção da melhor forma possível.

Muito obrigado.

O SR. _____ - Espera só um minuto, Alessandro.

Rogério, você perguntou se tivesse algum ajuste para a gente apontar. Primeiro, assim: queria deixar evidente que nós, Movimento Cultural das Periferias e os Periféricos - porque somos um movimento horizontal, qualquer pessoa da quebrada pode colar – fomos citados numa pauta da Cultura como a exceção, quando éramos a regra aqui na plenária. Estamos acordados e conversados com vários movimentos. Isso é uma coisa que na sua fala eu observei.

Outra coisa, é importante que você tenha na sua relatoria, não estamos falando, não estamos criando oposição entre um movimento de cultura e outro. O que falamos, estruturalmente, é que o movimento cultural das periferias luta por equidade social, e aí se leiam todas as outras opressões que estão dentro desse rolê, que pleiteamos 3%, metade para a periferia, não estamos falando só de fomento, estamos falando da estrutura toda da Secretaria de Cultura.

Só para isso ficar bem evidente, porque na sua relatoria agora não ficou tão evidente. Se for o caso de fazer ajuste, para você fazer esse ajuste, por favor.

Isso, inclusive, é caso de confusão entre pessoas que nos veem militando por aí. É muito importante que isso esteja correto e colocado. Não estamos lutando por benefício para quem está militando, estamos lutando pela Cidade, pela periferia, e aí se leiam todas as outras pessoas que não podem estar aqui também.

O SR. ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA - Agradeço.

O SR. _____ - Só outra observação aqui.

Eu acredito que a forma pela qual vocês trazem a planilhas para apresentar é insuficiente. Não diz nada com nada. Então eu quero fazer aqui um pedido, pela Lei de Acesso

à Informação, que foi aprovada, inclusive, nesta gestão, que você traga planilhas mais aprofundadas sobre todas as questões, sobre a Secretaria, sobre tudo. É isso.

O SR. _____ - Sr. Presidente, uma última pergunta, nós teremos audiências temáticas?

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Teremos no dia 21, já está marcado, começa às 9h e vai o dia inteiro.

O SR. _____ - Mas não é temática, não é?

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Vai sair no *Diário Oficial* quais são os temas, horário por horário. Na verdade, nós queremos fazer separação para que não haja conflito de uma pasta com a outra. Estamos tentando. Na verdade, quando falamos que seriam apenas duas audiências, não serão somente duas. É que nós estamos na transição. Gostaríamos também que os escolhidos pelo novo Prefeito participassem conosco das reuniões temáticas, mesmo na reunião de hoje, porque eles ficarão a par do que nós temos feito, e também para colocar à disposição deles a atual planilha.

No dia 21 nós já teremos, a partir das 9h, e vamos estudar um jeito de...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Não. Era a partir das 14h. Dia 21, a partir das 14h. Mudou para as 9h.

O SR. _____ - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Pois não.

O SR. _____ - Ao dizer isso, você informa que nós teremos no dia 21 audiência temática da Cultura também. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Isso. Tem horário específico, para que nós não passemos de uma pasta para outra, porque aí ficaríamos atropelando um ao outro. Pode ser?

O SR. _____ - Pela ordem.

O SR. _____ - Sr. Presidente.

O SR. _____ - Qual é o horário? Já temos definido o horário da temática...?

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – A Comissão vai anunciar para vocês depois, no *Diário Oficial* ou na Casa, para que vocês estejam...

O SR. _____ - Para que a gente saiba com antecedência e possa estar presente...

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Tudo bem. Já sabe que é dia 21. Só precisa definir os horários.

O SR. _____ - Sr. Presidente, dentro do mesmo tema, fica-se o registro, também o pleito, de uma audiência pública temática com relação às empresas públicas, servidores públicos, e empregados públicos, que seria muito pertinente. Falo em nome da CET, Prodam, SPTrans, SPTurismo. E uma questão, com relação à colocação do Secretário Rogério: a questão, independentemente do que se venha a definir no próximo governo, e que o Prefeito eleito Doria já sinalizou, o fato é: isso vai exigir outra mobilização da sociedade, para discutir e ver se esse é o melhor caminho para a cidade de São Paulo. Mas, qualquer que seja a medida que se vá tomar, isso não se dá do dia para a noite. Então não podemos deixar desprovida uma empresa que há 45 anos garante os eventos no Calendário Oficial da Cidade de São Paulo, a SPTurismo, sem o orçamento adequado, colocando em risco todas essas atividades. E até de ser impingido à Câmara e aos políticos, os Vereadores e o Governo, de deixar sucatear ainda mais aquele patrimônio, para eventual medida posterior vender a preço vil.

Faz-se necessário, nesse orçamento, os 80 milhões que nunca precisamos da Prefeitura do Município de São Paulo. A gente sempre ajudou com as rendas do Anhembi, em diversas ações da Prefeitura. O Carnaval acontece no Anhembi, são três meses de Sambódromo reservado para o Carnaval. Recebemos 900 mil por isso. Um exemplo da

Prefeitura, o custo. Se fosse colocar na ponta do lápis, o custo é de 19 milhões. Quem amarga os prejuízos nas contas, e tem bancado todas essas ações, é o Anhembi. A remuneração dos eventos da Secretaria de 15% são consumidos pelos impostos, pela má formulação dos contratos. Se for apurar à risca, o Anhembi não ganha um centavo; efetivamente, ganha muito pouco, menos de 15% dos contratos, para colocar os eventos na rua. Então tem todas essas questões, que tem que se garantir o Calendário da Cidade de São Paulo, dos eventos - e eventos, aqui, inclui todos os da periferia - da cidade de São Paulo, que é importante, e a questão de todas as outras atividades de turismo, não deixar sucatear ainda mais o Anhembi.

O SR. AURÉLIO – Sr. Presidente, serei breve. Em julho deste ano, quando o movimento cultural das periferias esteve com o Prefeito Fernando Haddad, e que lá estava o ex-Secretário Nabil Bonduki e a Maria do Rosário, que era adjunta, enfim, nós falamos para o Sr. Prefeito da necessidade da reestruturação da Secretaria de Cultura.

Nós já escutamos do ex-Secretário Nabil Bonduki, que hoje é Vereador do PT, e da adjunta, que hoje é Secretária, Maria do Rosário, enfim, de toda a Secretaria, que a Secretaria de Cultura não tem como crescer do que é hoje, 0,86%, orçamento de 2016, para o que a gente precisa, os 3%, se não houver a reestruturação das Secretarias. Sabe por quê? Porque não há funcionários, sequer, para ler os projetos, os editais, diante da magnitude que é essa Secretaria. Portanto, o Haddad, já recebeu, na pessoa do Nabil Bonduki. Aí, o Haddad perguntou: Nabil, o que você precisa? Está aqui. O Nabil já estava com o documento pronto e entregou em mãos para o Haddad. Portanto, não haverá crescimento da Secretaria de Cultura se não houver a reestruturação da Secretaria de Cultura. Não adianta ter só dinheiro, se não há pessoas para cuidar de 12 milhões de habitantes. E todos os programas que vocês viram que existem e que nós trabalhamos muito. Sem dinheiro, mas trabalhamos.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Com a palavra o nobre Vereador Jair Tatto.

O SR. JAIR TATTO – Obrigado, Sr. Presidente. Apenas dizer que foi um debate proveitoso, e fazer justiça também. Na transição da gestão Kassab/Haddad, também tiveram duas audiências e nós aceitamos naquele momento. Eu estava propondo ao relator Bispo Atílio, e ao Presidente Jonas Casa Camisa Nova, que na democracia, também, quem comparece, quem vem, quem se interessa, merece o melhor espaço. Então, está muito evidente que o funcionalismo, a Cultura, a Assistência Social, e aí eu destaco os conselheiros tutelares, tiveram uma melhor presença aqui. O Bispo Atílio tem me dito aqui que se propõe a ficar 12, 14, 15 horas na segunda audiência para que a gente discuta temas específicos. Então, eu não tenho problema nenhum de a gente ficar noites adentro, se for preciso, para discutir as questões aqui. Eu estou propondo que não é uma tarefa fácil para a assessoria técnica, é o quarto ano que estou na Comissão de Finanças e Orçamento e a gente sabe o que é isso.

Todos vocês reivindicam aquilo que é de direito – e, se puder, um pouco mais, porque vocês vão fazer melhor com um pouco mais, disso eu não tenho dúvida. Então, eu acho que é possível a gente fazer um roteiro de Secretarias. Eu quase cometi uma loucura aqui, de propor à Mesa, baseado naquilo que o novo Prefeito propõe, que ao invés de 31 Secretarias, 22 - ganharíamos tempo. Deixo isso no ar. Se vocês toparem, é o novo Prefeito, é eleito, ele propõe. A gente faria também baseado em...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JAIR TATTO - É a realidade, ele propõe 22 Secretarias; então, também ganharíamos tempo, mas tudo bem.

Dá para a gente falar de cada tema na próxima audiência pública, em duas audiências públicas eu entendo que sim, que dá. Nós fizemos um bom debate hoje. Todos falaram. Eu faria uma sugestão de ordem: que a Cultura se organizasse através de seus fóruns, dos seus segmentos, e faria uma pauta propositiva, sem muitas pessoas necessariamente terem de falar.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. JAIR TATTO - Eu não vou fazer aqui o debate, porque eu só tenho três minutos. Eu estou propondo, exatamente, aquilo que vocês estão há meses se reunindo, compilar e trazer um tradutor só. Poderemos, em vez de três minutos, permitir até dez minutos, mas que falem um ou dois. Alguma coisa anormal de eu propor? Conselheiros tutelares - e eu quero registrar que os Conselhos estão sendo contemplados, porque de 7 milhões foi para 11. Está escrito. Que a gente organize o debate. Está definido na Comissão que serão duas audiências e que os segmentos se organizem e tragam uma proposta pronta, mas não precisa ser três minutos... (inaudível)

Presidente, Relator, proponho que a próxima audiência seja temática, que seja uma só e que venha de maneira organizada pelos segmentos. Obrigado.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Nabil, por favor.

O SR. NABIL BONDUKI – Presidente, eu não sou da Comissão de Orçamento e Finanças, eu acho que cabe à Comissão tomar esta decisão, mas eu queria sugerir, Sr. Presidente e relator o seguinte: Eu acho que está claro aqui um grande peso em alguns temas. Não são todos, não são todos, mas já foram listados aqui pelo Vereador Jair Tatto quatro temas. A Vereadora Juliana Cardoso está colocando aqui - eu concordo com S.Exa. - que a área da Habitação merecia uma discussão, porque tem uma redução significativa. Eu acho que a gente fazer um dia só, começando das 9 da manhã até às 6 da tarde...

NÃO IDENTIFICADO – Pode ir até às 10 horas da noite. (fora do microfone)

O SR. NABIL BONDUKI – Eu acho que é exaustivo para a comissão. Acho que é exaustivo também para os próprios grupos, que não sabem qual horário vêm. Eu acho que seria mais produtivo se pudessem marcar um horário para cada um desses quatro grupos, um horário um pouco mais alargado. Vamos dizer que marquem uma hora ou duas horas para um segmento. Um outro segmento vai chegar aqui e não vai ter terminada a primeira reunião. Uma vai se encavalhar com a outra. Eu acho que pode haver um pouquinho de bom senso. Nós

temos tempo. Esse orçamento pode ser aprovado até o final do ano. Eu acho que há alguns assuntos que precisam ser debatidos com mais profundidade. Não é uma questão de audiência pública, que já foi feita hoje aqui. Cada um já apresentou os seus argumentos. Eu acho que agora teriam que encaminhar para um debate em alguns temas que pudessem surgir encaminhamentos, propostas de encaminhamento, considerando as restrições que estão claramente colocadas no orçamento.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. NABIL BONDUKI – Eu sei que todos os programas (inaudível) aqui. São muitos programas, inclusive na área da Cultura. Cada um tem uma especificidade. Era importante a gente perceber cada programa, o que houve neste ano, o que vai crescer, o quanto vai crescer e o quanto é preciso para se poder atender ao básico. Para isso, é preciso um pouco mais de tempo. Pode até não ser sobre o formato de audiência pública, mas poderíamos fazer uma espécie de reunião técnica, uma reunião que possa aprofundar esse tema e, dessa maneira, poder dar um encaminhamento e se chegar a uma proposta, senão vamos chegar a um impasse que vai ser ruim tanto para a Câmara como para os movimentos. É um momento, mais ou menos, de transição, mas é exatamente por isso que me parece fundamental a peça orçamentária, porque a peça orçamentária deste ano vai ter que ser executada no ano que vem. Há uma insegurança sobre se aquilo que está se propondo efetivamente vai ser executado.

Por exemplo, a gente viu a questão da EMIA. Eu não tenho dúvida de que é uma escola que tem 36 anos, mas há uma certa insegurança, porque não há, no orçamento, uma rubrica específica de que ela vai efetivamente acontecer. Certamente se houvesse continuidade, essa dúvida não estaria colocada. Então, há algumas questões que mereceriam um pouco mais de tempo para discutir e uma reunião técnica, uma reunião específica, senão uma audiência - seria bom - para que a gente pudesse dar um avanço e pudesse haver um

encaminhamento desse tema. Então, faço esse apelo à Comissão de Finanças, para que a gente possa resolver esse problema.

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Eu gostaria de deixar registrada e retificar a fala do Vereador Jair Tatto. S.Exa. diz que o conselho foi contemplado, que de sete passou para onze. Não é isso na rubrica referente aos salários. A proposta que está sendo apresentada para esta Casa é de 11 milhões, só que nós estamos pedindo para a equiparação salarial dos conselhos titulares. Estamos pedindo esse aumento de sete milhões. Então, de 26, no total, seriam 34 milhões. É o que o conselho está pedindo.

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Mas não foi bem isso. O que a gente está reivindicando são esses sete milhões de aumento no orçamento, que é o que vai contemplar a equiparação para o QPA 19, junto com os benefícios que a gente vem reivindicando há quatro anos.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Só para deixar bem informado, a gente deve reunir a comissão e definir sobre as pautas, para a gente ver se vai fazer o trabalho em um dia ou dois dias. V.Exas. vão ficar cientes disso a partir do informe da própria Câmara.

Convido a todos a participar dos trabalhos, a partir da segunda audiência pública geral no orçamento de 2017. A comissão se realizará no dia 21 de novembro de 2016, das 9 horas às 12 horas e das 14 horas em diante no Plenário 1º de maio, 1º andar desta Edilidade.

Agradeço a presença de todos e declaro encerrada esta audiência pública.

Obrigado. Boa noite a todos.